

Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação (FACE)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
Especialização em Contabilidade Pública

Joaquim Fernandes da Silveira

**RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA DAS DISCIPLINAS DE CONTABILIDADE  
PÚBLICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL  
E AS EXIGÊNCIAS DOS EDITAIS DOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS  
PARA O CARGO DE CONTADOR**

Brasília  
2009

Professor Doutor José Geraldo de Sousa Júnior  
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e  
Documentação

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama  
Coordenador Geral do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis

Joaquim Fernandes da Silveira

**RELAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DE CONTABILIDADE  
PÚBLICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL  
E AS EXIGÊNCIAS DOS EDITAIS DOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS  
PARA O CARGO DE CONTADOR**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade Pública e obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Prof. Mestre Cláudio Moreira Santana

Brasília  
2009

SILVEIRA, Joaquim Fernandes da

Relação entre o Programa das Disciplinas de Contabilidade Pública das Instituições de Ensino Superior no Distrito Federal e as Exigências dos Editais dos Concursos Públicos Federais para o Cargo de Contador/Joaquim Fernandes da Silveira -- Brasília, 2009.  
72p.

Monografia (Especialização em Contabilidade Pública) – Universidade de Brasília, 2009.

Bibliografia.

1. Contabilidade Pública 2. Universidade 3. Grade Curricular 4. Edital I.Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da UnB.II.Título.

CDD –

Joaquim Fernandes da Silveira

**RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA DAS DISCIPLINAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO DISTRITO FEDERAL E AS EXIGÊNCIAS DOS EDITAIS DOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS PARA O CARGO DE CONTADOR**

Monografia defendida no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade Pública e aprovada pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Mestre Cláudio Moreira Santana  
Orientador – UNB

Doutor Cesar Augusto Tiburcio Silva  
Examinador - UNB

Brasília, 15 de maio de 2009

A Deus, criador, e aos meus Pais,  
Antonio e Maria, pelo amor e carinho, transmitido para os filhos durante suas vidas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, criador.

Aos meus familiares, elo importante para o meu desenvolvimento e crescimento.

Sou grato aos meus avôs, avós, pais, irmãos, irmã, companheira, filhas e filho, pela força e confiança na conquista de mais este objetivo.

A comunidade acadêmica: professores, coordenadores, trabalhadores e colegas de sala de aula, que me ajudaram na trajetória deste curso.

A todos os amigos, camaradas e colegas, pois, de um modo ou de outro contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Aos professores desta especialização, pela clareza na transmissão dos conhecimentos e pela maturidade e dedicação.

Ao professor Mestre Cláudio Moreira Santana, que me orientou na elaboração deste trabalho.

“No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, ao esforço e à dedicação, não existe meio termo. Ou você faz uma coisa bem feita, ou não faz”.

Ayrton Senna



## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar se a grade curricular das Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal atende aos conteúdos exigidos nos editais para o cargo de contador público federal. Para tanto, optou-se pela abordagem descritiva, por meio da revisão bibliográfica e normativa sobre o assunto. Procedeu-se a pesquisa de campo, pelo método amostral, tanto para a seleção dos editais dos concursos públicos, quanto para a seleção das instituições de ensino a serem avaliadas. Constatou-se, após detalhada análise dos planos de ensino das instituições avaliadas, que na parte dos conhecimentos gerais exigidos nos certames, a média dos percentuais apresentados por instituição, para o total dos editais, variou de 52,83% a 70,53% de atendimento aos conteúdos exigidos. Quanto à parte específica, a média dos percentuais apurados se situou entre 96,02% a 98,07%. Os conhecimentos referentes ao Direito Constitucional e Administrativo, assim como os conteúdos relacionados à atividade institucional dos órgãos, são os que, em geral, não constam da grade curricular das instituições avaliadas. Quanto aos conhecimentos específicos, apenas os tópicos específicos das atividades institucionais dos órgãos e dos normativos que as regulamentam, contidos no edital para o concurso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e do Ministério do Turismo, não constam das grades curriculares das instituições.

**Palavras-chaves:** Contabilidade Pública. Universidade. Grade Curricular. Edital

## LISTAS DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1: UDF x Editais.....                                     | 58 |
| Gráfico 2: UnB x Editais. ....                                    | 60 |
| Gráfico 3: UNIP x Editais. ....                                   | 61 |
| Gráfico 4: Unieuro x Editais.....                                 | 63 |
| Gráfico 5: UCB x Editais. ....                                    | 64 |
| Gráfico 6: Média das porcentagens por instituição de ensino. .... | 65 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1: Grade Curricular da UnB.....                                   | 27 |
| Tabela 2: Grade Curricular da Unieuro. ....                              | 28 |
| Tabela 3: Grade Curricular da UNIP.....                                  | 29 |
| Tabela 4: Grade Curricular da UDF. ....                                  | 30 |
| Tabela 5: Grade Curricular da UCB.....                                   | 30 |
| Tabela 6: Médias das porcentagens totais por instituição de ensino. .... | 64 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| RESUMO .....   | 9  |
| LISTAS DE GRÁFICOS .....   | 10 |
| LISTA DE TABELAS .....   | 11 |
| 1 INTRODUÇÃO.....  | 11 |
| 1.1 Contextualização .....   | 11 |
| 1.2 Problema de pesquisa .....   | 12 |
| 1.3 Objetivos.....   | 12 |
| 1.4 Hipótese .....   | 13 |
| 1.5 Organização do trabalho .....  | 13 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO.....   | 14 |
| 2.1 Do Ensino da Contabilidade Pública .....   | 14 |
| 2.2 Do Cargo de Contador Público.....  | 16 |
| 3 PROCEDER METODOLÓGICO .....  | 24 |
| 3.1 Método.....  | 24 |
| 3.2 Amostra de Pesquisa.....   | 24 |
| 3.3 Apresentação dos Dados.....  | 25 |
| 4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO .....   | 27 |
| 4.1 Da Grade Curricular das Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal.....   | 27 |
| 4.2 Das Disciplinas Exigidas nos Editais para o Cargo de Contador Público Federal.....   | 31 |
| 4.2.1 Ministério da educação – universidade federal de Campina Grande .....  | 31 |
| 4.2.2 Ministério do desenvolvimento social e combate a fome.....   | 33 |
| 4.2.3 Ministério do turismo .....  | 35 |
| 4.2.4 Ministério do planejamento, orçamento e gestão e fundação escola nacional de<br>administração pública .....  | 37 |
| 4.2.5 Senado federal .....   | 41 |
| 4.2.6 Câmara dos deputados .....   | 43 |
| 4.2.7 Tribunal superior eleitoral .....  | 48 |
| 4.2.8 Supremo tribunal federal .....   | 50 |
| 4.2.9 Ministério público da união .....  | 52 |
| 4.2.10 Conselho regional de contabilidade do Distrito Federal .....  | 54 |
| 4.3 Da Grade Curricular das Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal x Disciplinas<br>Exigidas para o Cargo de Contador Público do Federal..... | 55 |
| 4.3.1 UDF centro universitário .....   | 56 |
| 4.3.2 Universidade de Brasília.....  | 58 |
| 4.3.3 Universidade paulista .....  | 60 |
| 4.3.4 Unieuro centro universitário .....   | 62 |
| 4.3.5 Universidade católica de Brasília .....  | 63 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 67 |
| REFERÊNCIAS .....  | 68 |

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

O reordenamento das finanças públicas no Brasil, deu-se com a criação em 1986 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a qual em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), implantou em 1987, o Sistema Integrado de Administração Financeira e Orçamentária (SIAFI). Este sistema se constituiu ao longo desses últimos anos como principal sistema estruturante do governo, sendo o responsável pelo acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. Por sua extrema relevância deu notoriedade a Contabilidade Pública, por meio de métodos contábeis inovadores, como por exemplo, lançamentos efetuados por eventos, os quais afetam simultaneamente os sistemas orçamentários, financeiro, compensado e patrimonial (CFC, 2007, p. 9).

Outro fator de suma importância para a Contabilidade Pública nos últimos anos foi a implantação da Conta Única do Tesouro Nacional.

Em novembro de 2008 foram editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), no intuito de promover a convergência das normas brasileiras às normas internacionais. Da mesma forma, a Portaria nº. 184 de 25 de agosto de 2008, preconiza as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nesse contexto a Contabilidade Pública será exercida com maior rigidez e com princípios éticos. Assim, as Instituições de Ensino Superior desempenham papel importante na relação ensino aprendizagem, pois, exige-se do graduando e possível contador da área pública o preparo que o habilite ao exercício desta tão importante função.

O concurso público é obrigatório para o ingresso no serviço público, como preceitua o inciso II, do art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF/88):

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Existe uma nova proposta de regulamentação dos concursos públicos tramitando no Senado Federal (SF). Trata-se do Projeto de Lei nº. 399/2008 proposto pelo Senador Gerson Camata, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do estado do Espírito Santo (PMDB-ES). O projeto aborda o tema em 80 artigos que tratam desde a elaboração do edital até a garantia de posse pelos aprovados nas provas de seleção, (Correio Braziliense, 17 de novembro de 2008).

Conforme a citada reportagem, a definição do conteúdo das disciplinas de Contabilidade Pública contidas na grade curricular das Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal (DF) fará a diferença quando da tentativa do candidato ao cargo de contador público em adentrar ao serviço público.

Diante disso e sinalizando com a delimitação deste trabalho, surge uma questão a ser analisada e investigada que é a comparação entre o que é ensinado nas disciplinas de Contabilidade Pública nas Instituições de Ensino Superior do DF e o que é exigido nos editais dos concursos públicos para o cargo de contador público no âmbito federal. O assunto é de grande importância para o graduado em Ciências Contábeis que deseja adentrar nesse mercado futurista e promissor.

## **1.2 Problema de pesquisa**

A questão de pesquisa a ser respondida é se os currículos das Instituições de Ensino Superior do DF contêm as disciplinas exigidas nos editais dos concursos públicos para o cargo de contador público federal, de forma a oferecer aos graduados no curso de Ciências Contábeis o suporte necessário ao ingresso nessa carreira.

## **1.3 Objetivos**

O objetivo do presente estudo é verificar se a grade curricular das Instituições de Ensino Superior do DF, no que se refere às disciplinas ministradas, atende às exigências dos editais para o cargo de contador público no âmbito federal, no período de 2004 a 2008. À consecução desse objetivo maior foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar a grade curricular das Instituições de Ensino Superior do DF;
2. Descrever as disciplinas exigidas nos editais para o cargo de contador público federal; e

3. Proceder ao estudo comparativo entre as disciplinas ministradas pelas Instituições de Ensino Superior do DF e as exigidas nos editais dos concursos para o cargo de contador público federal.

#### **1.4 Hipótese**

Supõe-se que a grade curricular das Instituições de Ensino Superior do DF atende às exigências dos editais dos concursos para o cargo de contador público federal.

#### **1.5 Organização do trabalho**

O trabalho está organizado em quatro partes. Na introdução apresenta-se o tema, definem-se os objetivos do trabalho, bem como se levanta o problema de pesquisa. No referencial teórico abordam-se os conceitos relevantes ao entendimento do assunto descrevendo-se o ensino da Contabilidade Pública, os atributos do cargo de contador público, além de se descrever as Instituições de Ensino Superior no âmbito do DF e os requisitos exigidos nos editais dos concursos públicos para o cargo de contador. Na terceira parte descreve-se a metodologia de estudo adotada para abordagem do tema para em seguida procederem às análises dos resultados e discussões cabíveis. Por fim, conclui-se o trabalho e sugerem-se os desdobramentos que poderão decorrer da pesquisa em trabalhos futuros.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico descrevem-se o ensino da Contabilidade Pública nas Instituições de Ensino Superior do DF, as atribuições do cargo de contador público, bem como as exigências dos editais dos concursos para o cargo de contador público.

### 2.1 Do Ensino da Contabilidade Pública

A importância da contabilidade pública tem se elevado cada vez mais em função, principalmente, das crises econômicas provocadas por fraudes evidenciadas em demonstrações contábeis duvidosas, com o intuito de beneficiar determinados grupos, gerando instabilidade e insegurança institucional. Sobre isso, Parada (2004) afirma que:

[...] a função dos contadores está mais ligada à auditoria para descobrir ou desvendar a existência de fraudes financeiras, contábeis e operacionais, que geralmente redundem em desfalques nas empresas. Essa auditoria visa também a apuração de desvios de fundos públicos e de fraudes fiscais e tributárias, quando do exercício da função de fiscalizador em órgãos governamentais. Ou seja, o contador deixou de ser um simples executor da contabilidade e passou a ser um investigador de complexas fraudes contábeis e fiscais envolvendo as áreas financeira, operacional e tributária nos segmentos empresarial e governamental.

Dentre as áreas do conhecimento, de acordo com Iudícibus (2000, p. 104), talvez a contabilidade seja uma das que mais progrediu. Para esse autor esse crescimento exponencial se deu a partir dos anos 1920.

Muito se progrediu desde então, em especial no campo da contabilidade pública, visto que uma das funções desse ramo contábil é evidenciar e controlar o patrimônio público. No estado democrático de direito essa função é essencial à promoção do bem comum que se espera ser realizado pela atividade estatal, uma vez que ao administrado deve ser dada ampla publicidade e divulgação dos atos públicos, em especial aos gastos públicos.

O ensino de disciplinas relacionadas à contabilidade pública tornou-se obrigatório a partir da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) nº. 10, de 16 de dezembro de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior.

No art. 3º do citado normativo são discriminadas as capacidades que o futuro contabilista deve desenvolver e no item II é afirmado que o contador deverá apresentar domínio das responsabilidades envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções



de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas. Definem-se no art. 4º, as competências que o profissional da área contábil deverá desenvolver no decorrer do curso de graduação,

- I – utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II – demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III – elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV – aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V – desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI – exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus cargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII – desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítica analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII – exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Assim, o ensino da contabilidade pública deve balizar-se em critérios éticos e científicos no intuito de se formar profissionais com a capacidade exigida ao exercício profissional com a qualidade e responsabilidade que a carreira requer.

Nesse contexto, Iudícibus (2000, p. 103) ressalta que o que se deseja com o ensino da contabilidade é a [...] “formação de pesquisadores e de docentes na vanguarda do conhecimento contábil”. Sobre o assunto, Romano (2006, p. 17) afirma que:

A universidade forma indivíduos para as mais diversas áreas de pensamento. O universo humano é o seu horizonte. Ela serve às comunidades locais no mesmo impulso em que serve a comunidade nacional e internacional, e vice-versa. Toda universidade digna deste nome não se limita ao espaço e tempo da imediatez. Ela realiza a passagem do singular ao universal e permite aos cidadãos de uma cidade perceberem seus problemas e esperanças em nível cósmico.

Esse pensamento comprova-se no ensino da contabilidade pública principalmente em função dos rumos que esse ramo tem tomado, principalmente no sentido de convergir as

normas brasileiras às internacionais. Espera-se que o profissional da área da contabilidade pública tenha visão ampla, que o permita desempenhar as suas funções, acima de tudo, no intuito de servir ao cidadão, que afinal é o usuário principal das informações contábeis produzidas. Nesse sentido, o art. 5º da Resolução CNE 10/04 determina que os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, contemplarão, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, atendendo aos seguintes campos interligados de formação:

- I – conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II – conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- III – conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Cabe a universidade a tarefa de preparar os profissionais para atuarem na área da Contabilidade Pública. Em função disso, se espera que o conteúdo programático oferecido nos cursos de graduação contemple os conteúdos exigidos nos editais dos concursos para ingresso na carreira de contador público. Requer-se também das Instituições de Ensino Superior que os conteúdos sejam ministrados de forma a incentivar o graduando a expandir seus conhecimentos por meio da pesquisa, permitindo-o desenvolver o pensamento ético e crítico essencial ao bom exercício profissional.

## **2.2 Do Cargo de Contador Público**

Data de 1850 o início da regulamentação da profissão de contador com a edição do Código Comercial Brasileiro, sancionado pelo Imperador D. Pedro II, quando o ,então, guarda livros passou a ser considerado um agente auxiliar do comércio. Em 1915 foi fundado o Instituto Brasileiro de Contabilidade, primeira entidade a reunir contadores do país, surgindo, no ano seguinte, a Associação dos Contadores de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro (RS VIRTUAL NOTÍCIAS, 2007).

Fundamentando-se nas disposições dos arts. 25 e 36 do Decreto-lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946, o CFC expediu a Resolução CFC nº. 560, de 28 e janeiro de 1983 (CFC, 1983), que dispõe sobre as prerrogativas do contador. É afirmado no art. 1º deste normativo que o exercício das atividades compreendidas na contabilidade, constitui prerrogativa dos contadores e dos técnicos em contabilidade. No art. 2º, o normativo cita que as funções desempenhadas pelo contador podem ser as de analista, assessor, assistente, auditor interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, *controller*, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator e revisor.

De acordo com o CFC (1983) a titulação do profissional de contabilidade poderá ser de contador, contador de custos, contador departamental, contador de filial, contador fazendário, contador fiscal, contador geral, contador industrial, contador patrimonial, **contador público**, contador revisor, contador seccional ou setorial, contadoria, técnico em contabilidade, departamento, setor, ou outras semelhantes, conforme se observa na figura 1.

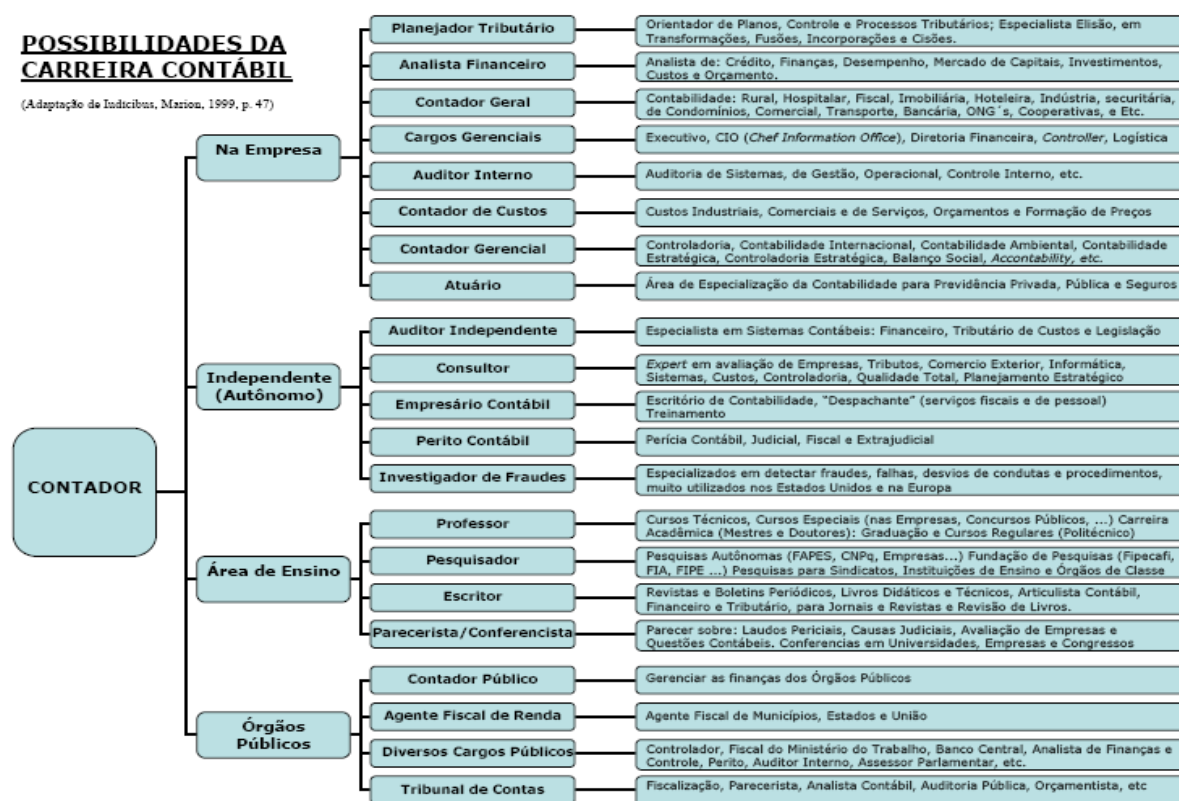


Figura 1: Possibilidades da Carreira Contábil.

Fonte: Internet

O CFC (1983) enumera as atribuições privativas dos profissionais de contabilidade, dentre as quais se destacam:

1. Escrituração regular, oficial ou não, de todos os fatos relativos aos patrimônios e às variações patrimoniais das entidades, por quaisquer métodos, técnicas ou processos;
2. Classificação dos fatos por registros contábeis, por qualquer processo, inclusive computação eletrônica, e respectiva validação dos registros e demonstrações;
3. Elaboração de balancetes e de demonstrações do movimento por contas ou grupos de contas, de forma analítica ou sintética;
4. Levantamento de balanços de qualquer tipo ou natureza e para quaisquer finalidades, como balanços patrimoniais, balanços de resultados, balanços de resultados acumulados, balanços de origens e aplicações de recursos, balanços de fundos, balanços financeiros, balanço de capitais, e outros;
5. Tradução, em moeda nacional, das demonstrações contábeis originalmente em moeda estrangeira e vice-versa;
6. Integração de balanços, inclusive consolidações, também de subsidiárias do exterior;
7. Apuração, cálculo e registro de custos, em qualquer sistema ou concepção: custeio por absorção global, total ou parcial; custeio direto, marginal ou variável; custeio por centro de responsabilidade com valores reais, normalizados ou padronizados, históricos ou projetados, com registros em partidas dobradas ou simples, fichas, mapas, planilhas, folhas simples ou formulários contínuos, com processamento manual, mecânico, computadorizado ou outro qualquer, para todas as finalidades, desde a avaliação de estoques até a tomada de decisão sobre a forma mais econômica sobre como, onde, quando e o que produzir e vender;
8. Análise de balanços;
9. Análise do comportamento das receitas;
10. Determinação de capacidade econômico-financeira das entidades, inclusive nos conflitos trabalhistas e de tarifa;
11. Elaboração de orçamentos de qualquer tipo, tais como econômicos, financeiros, patrimoniais e de investimentos;

12. Programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamentos programa. Tanto na parte física quanto na monetária;
13. Análise das variações orçamentárias;
14. Conciliações de contas;
15. Revisão de balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registros contábeis;
16. Auditoria interna e operacional;
17. Auditoria externa independente;
18. Perícias contábeis, judiciais e extra-judiciais;
19. Fiscalização tributária que requeira exame ou interpretação de peças contábeis de qualquer natureza;
20. Planificação das contas com a descrição das suas funções e do funcionamento dos serviços contábeis;
21. Organização e operação dos sistemas de controle interno; e
22. Organização e operação dos sistemas de controle patrimonial, inclusive quanto à localização física dos bens.

Observa-se na descrição das atribuições do contador que, além do conhecimento específico, requer-se que ele tenha também uma bagagem organizacional e administrativa, principalmente para o exercício do cargo público.

No Brasil os requisitos para a habilitação ao exercício da profissão de contador requerem a participação com a devida aprovação em curso de graduação com aproximadamente 3.000 (três mil) horas aula. Após a obtenção do diploma, o aspirante é submetido à prova de suficiência elaborada pelo CFC e aplicado pelos diversos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Obtida a aprovação no referido exame o aspirante torna-se habilitado ao exercício profissional nas várias áreas de especialização, tais como contador público, perito criminal, auditor fiscal, analista na especialidade contador, dentre outras, conforme demonstrado na Figura 2.

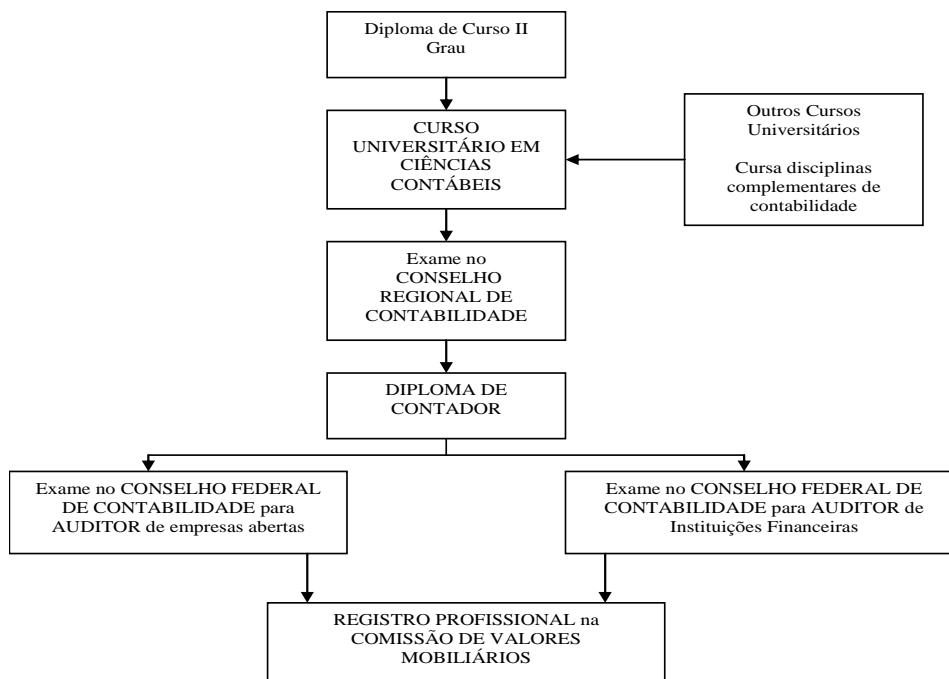


Figura 2: Formação do Contador Brasileiro.  
Fonte: Tostes (2005).

Os requisitos exigidos nos editais dos concursos públicos para ingresso no cargo de contador no âmbito federal, incluem graduação de ensino superior em Ciências Contábeis, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), com o devido registro no CRC, na categoria de contador. Além de estar em dia com as obrigações no respectivo CRC, em alguns concursos analisados no presente trabalho, exigiu-se carteira de motorista, no mínimo, na categoria “B”.

As atribuições para o cargo de contador variam de acordo com o órgão a que se refere o processo seletivo, resumindo-se em:

1. MEC, Universidade Federal de Campina Grande – executar a escrituração através dos lançamentos dos atos e fatos contábeis; elaborar e manter atualizados relatórios contábeis; promover a prestação, acertos e conciliação de contas; participar da implantação e execução das normas e rotinas de controle interno; elaborar e acompanhar a execução do orçamento; elaborar demonstrações contábeis e a Prestação de Contas Anual do órgão; prestar assessoria e preparar informações econômico-financeiras; atender as demandas dos órgãos fiscalizadores e realizar perícia; e assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (MEC, 2009);
2. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDSCF) – realizar atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, de trabalhos relativos a administração financeira e patrimonial, bem como a contabilidade e

auditoria, compreendendo análise, registro e perícia contábeis, elaboração de balancetes, balanços e demonstrações contábeis com relação ao funcionamento da Administração Pública Federal (MDSCF, 2006);

3. Ministério do Turismo (MT) - realizar atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, de trabalhos relativos à administração financeira e patrimonial, bem como a contabilidade e auditoria, compreendendo análise, registro e perícia contábeis, elaboração de balancetes e demonstrações contábeis com relação ao funcionamento da Administração Pública Federal (MT, 2006);
4. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Fundação Escola Nacional de Administração Pública (MPOG/ENAP) - realizar atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, de trabalhos relativos à administração financeira e patrimonial, bem como a contabilidade e auditoria, compreendendo análise, registro e perícia contábeis, elaboração de balancetes e demonstrações contábeis com relação ao funcionamento da Administração Pública Federal (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2006);
5. SF – desenvolver de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a trabalhos de administração financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise e perícia contábeis (SF, 2008);
6. Câmara dos Deputados (CD) – estabelecidas na Resolução do CFC nº. 560/1983 e demais atividades desenvolvidas nos respectivos órgãos de lotação (CD, 2007);
7. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – executar atividades de planejamento, execução, controle e avaliação de operações contábeis relacionadas com a programação e execução financeira; programação, alteração e ajustes orçamentários e fechamento de contas e encerramento do exercício, de acordo com a área de atuação; executar a análise contábil das contas anuais do Tribunal e da prestação de contas dos partidos políticos; executar as atividades de auditoria contábil; elaborar pareceres técnicos, relatórios e outros documentos e informações de demonstração contábil; executar atividades relacionadas com o planejamento operacional, a execução e o monitoramento de projetos, programas e planos de ação; acompanhar e analisar sistematicamente a legislação relacionada com a sua área de atuação;



acompanhar as matérias sob sua responsabilidade, propor alternativas e promover ações para o alcance dos objetivos da organização; executar as suas atividades de forma integrada com as demais unidades da Secretaria do Tribunal, contribuindo para o desenvolvimento das equipes de trabalho; promover o atendimento aos clientes internos e externos; operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados, na execução de suas atividades; executar outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito de suas atribuições (TSE, 2000);

8. Supremo Tribunal Federal (STF) – realizar atividades de nível superior, de natureza técnica, relacionadas ao planejamento, organização, coordenação, supervisão, assessoramento, estudo, pesquisa e execução de tarefas que envolvam controle interno e auditoria, orçamento e finanças (STF, 2008);
9. Ministério Público da União (MPU) – realizar atividades de nível superior que envolva o assessoramento aos membros do MPU, em processos administrativos e judiciais, compreendendo a realização de perícias por meio de avaliações, exames, análises, investigações contábeis e diligências cabíveis e necessárias a fim de mostrar a verdade dos fatos trazidos aos autos através de prova contábil documental; realizar estudos técnicos; elaborar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios inerentes a área, indicando a fundamentação, métodos e parâmetros aplicados, referentes a exame da escrituração de livros comerciais e fiscais, balancetes, balanços; apuração de receitas, despesas e resultados; avaliar acervos patrimoniais e verificar haveres e obrigações, decorrentes de liquidação, fusão, cisão, incorporação, transformação, expropriação no interesse público; analisar custo de mercadorias, produtos de serviços públicos ou privados; calcular lucro cessante, emergente de perdas e danos; analisar cálculos de liquidação de sentença, atualização monetária; análise dos juros nas concessões de crédito, financiamento e demais operações financeiras; revisões de cálculos nas habilitações de crédito; análise de prestação de contas e seus serviços afins e correlatos; além de atuar em processos administrativos e judiciais quando indicado pelo MPU, bem como, em convênios e programas de interesse do Ministério Público, em conjunto com outras instituições; realizar trabalhos que exijam conhecimentos básicos de informática, dentre outras da mesma natureza



e grau de complexidade que venham a ser determinadas pela autoridade superior (MPU, 2006); e

10. CRCDF – fiscalizar “*in loco*” os profissionais e as organizações diversas que exercem serviços contábeis; verificar registro profissional; fiscalizar de forma preventiva; analisar a estrutura e a conformidade das Demonstrações Contábeis; verificar a elaboração da escrituração contábil; verificar a situação cadastral das organizações contábeis; verificar a elaboração dos contratos de prestação de serviços profissional; verificar a base de sustentação da DECORE; verificar os aspectos técnicos dos trabalhos de auditoria por meio de papéis de trabalho; fiscalizar os trabalhos de perícias contábeis; fiscalizar a atividade contábil nos órgãos públicos, nas entidades sem fins lucrativos, nas entidades de ensino, nas instituições financeiras e nas empresas comerciais (CRCDF, 2007).

Apesar da variedade das atribuições do cargo de contador público federal, as descrições mantêm conformidade com as atribuições fixadas na Resolução do CFC nº. 560/1983, o que aumenta a relevância dos conteúdos ministrados nas Instituições de Ensino Superior, visto que estes são a base de preparação dos futuros profissionais de contabilidade.

### **3 PROCEDER METODOLÓGICO**

A metodologia adotada no presente trabalho é essencialmente descritiva por meio da revisão bibliográfica e normativa sobre o assunto, além da coleta de dados através da pesquisa de campo.

#### **3.1 Método**

Inicialmente pretendeu-se realizar a pesquisa comparando-se os editais selecionados para compor a amostra de pesquisa com todas as Instituições de Ensino Superior do DF. Entretanto, devido a restrições na coleta dos dados, optou-se pela pesquisa por amostragem, tanto das instituições de ensino quanto dos editais dos concursos públicos para o cargo de contador no âmbito da União.

Foi escolhido para as análises o período de 2004 a 2008, por compreender o maior número de concursos realizados para o cargo de contador, na esfera federal.

#### **3.2 Amostra de Pesquisa**

As Instituições de Ensino Superior selecionadas para compor a amostra de pesquisa foram:

Universidade de Brasília – UnB;  
Universidade Paulista – UNIP;  
Unieuro Centro Universitário – Unieuro;  
UDF Centro Universitário – UDF; e  
Universidade Católica de Brasília – UCB.

O critério de seleção da amostra foi o da quantidade de dados obtidos para pesquisa. Dessa forma, foram escolhidas as instituições que o pesquisador teve acesso à grade curricular. Ressalte-se que, realizaram-se gestões junto às Instituições de Ensino Superior no sentido de se obter as suas grades curriculares, entretanto, obtiveram-se apenas as grades das instituições citadas.

Quanto à amostra dos editais dos concursos públicos, adotou-se o critério da representatividade. Foram selecionados, dessa forma, os editais para os concursos do Poder

Executivo, em número de quatro; os do Poder Legislativo, em número de dois; os do Poder Judiciário, em número de dois; os do MPU, um certame e, para fins comparativos, um edital para provimento de cargos no CRCDF, assim discriminados:

1. Edital para o concurso do MEC, Universidade Federal de Campina Grande (Edital SRH N°. 001/2009);
2. MDSCF, (Edital N°. 1/2006 – MDS);
3. MT (Edital N°. 1/2006);
4. MPOG/ENAP (Edital ESAF N°. 13);
5. SF (Edital N°. 1/2008);
6. CD (Edital N°. 02/2007);
7. STF (Edital N°. 1 – STF/2008);
8. TSE (Edital N°. 1/2006);
9. MPU (Edital N°. 18/2006); e
10. CRCDF (Edital N°. 01/07).

### **3.3 Apresentação dos Dados**

De posse dos dados de pesquisa, procedeu-se a conciliação entre os conteúdos exigidos nos editais selecionados para compor a amostra de pesquisa e as grades curriculares das instituições avaliadas. Ressalte-se que as análises foram detalhadas por plano de ensino das disciplinas, avaliando-se os conteúdos exigidos nos editais individualmente, a fim de se obter maior confiabilidade dos dados apurados. Enfatiza-se que, cada conteúdo exigido nos concursos públicos foram conferidos minuciosamente nos planos de disciplina das Instituições de Ensino Superior analisadas.

Nos resultados, apresentam-se os dados apurados após, detalhada investigação das grades curriculares e dos planos de cada disciplina das instituições de ensino analisadas. Esclareça-se que, devido a quantidade e diversidade de conteúdos exigidos nos editais da amostra de pesquisa, preferiu-se apresentar os resultados por conteúdos individuais e não por disciplinas do curso.

Visto que os planos das disciplinas são excessivamente extensos, nos resultados são apresentadas apenas as disciplinas integrantes das grades curriculares, não se detalhando nas Tabelas os conteúdos constantes nos referidos planos. Entretanto, enfatiza-se que a avaliação desse trabalho foi feita por conteúdo de cada disciplina.

A análise quantitativa é apresentada em percentuais, com o objetivo de se estabelecer comparações entre os resultados de cada uma das instituições. No cálculo das porcentagens foram considerados atendidos os conteúdos exigidos em cada edital que fazem parte dos planos de disciplinas das Instituições de Ensino Superior.

Qualitativamente, nas análises foram consideradas as exigências legais para o exercício do cargo de contador, assim como as atribuições do cargo descritas em cada edital avaliado.

## 4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa, assim como as análises e discussões cabíveis. Em virtude da extensão dos planos de disciplinas das Instituições de Ensino Superior, optou-se por apresentar as grades curriculares com as disciplinas. Entretanto, as análises foram realizadas conciliando os conteúdos exigidos nos editais dos certames com os conteúdos dos planos de disciplinas de cada instituição avaliada.

### 4.1 Da Grade Curricular das Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal

A grade curricular da UnB é composta de matérias obrigatórias (35) e opcionais (122), conforme demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1: Grade Curricular da UnB.

| DISCIPLINAS OBRIGATORIAS               | DISCIPLINAS OPTATIVAS                                     | DISCIPLINAS OPTATIVAS                               | DISCIPLINAS OPTATIVAS                                | DISCIPLINAS OPTATIVAS                  |
|--|---|---|--|--|
| Análise da Liquidez                    | Adm. de Recurso Materiais                                 | Evol. Pol. Exterior do Brasil                       | Lingua Espanhola 2                                   | Promoção da Saúde 3                    |
| Análise Econômica e Financeira 1       | <b>Adm. Financeira e Contabilidade Pública</b>            | Finanças Pessoais                                   | Lingua Espanhola 3                                   | Psicologia Aplicada a Administração    |
| Análise Econômica e Financeira 2       | <b>Adm. De Recursos Orçamentários e Financeiros</b>       | <b>Finanças Públicas</b>                            | Lingua Sinais Bras. Básico                           | Psicologia das Organizações            |
| Auditoria 1                            | Algebra 1   | Fonética Fonologia Português                        | Lógica 1   | Psicologia Social                      |
| Auditoria 2                            | Algebra 2   | Frances Instrumental 1                              | Macroeconomia 1                                      | Relações Econômicas Internacionais     |
| Avaliação Proj. Investimento           | Algebra Linear  | Frances Instrumental 2                              | Macroeconomia 2                                      | Sistema Financeiro Internacional       |
| Contabilidade de Companhias Abertas    | <b>Análise das Demonstrações Contábeis Governamentais</b> | Globalização e Relações Interculturais              | Matemática Financeira Aplicada as Ciências Contábeis | Teoria da Contabilidade Positiva       |
| Contabilidade Avançada                 | Análise de Informação                                     | Governança Corporativa                              | Matemática Financeira Aplicada as Ciências Contábeis | Teoria das Relações Internacionais 1   |
| Contabilidade Comercial                | Atuária Básica  | História das Relações Internacionais Contemporâneas | Mercado Financeiro                                   | Teoria e Prática Esp. Oral e Escrita 1 |
| Contabilidade Fiscal                   | Auditoria de Sistemas                                     | Indivíduo e Globalização                            | Met. e Mod. Quant. de Decisão                        | Teoria da Contabilidade Gerencial      |
| Contabilidade Geral 1                  | <b>Auditoria do Setor Público</b>                         | Informações Contábeis Complementares                | Metódos e Pesquisa das Ciências Contábeis            | Teoria do Desenvolvimento Econômico    |
| Contabilidade Geral 2                  | Auditoria dos Sistemas Computadorizados                   | Inglês Instrumental 1                               | Metódos e Processos Administrativos                  | Teoria e Política no Brasil 1          |
| Contabilidade Nacional                 | Bibliografia e Sociedade Brasileira                       | Inovação e Difusão Tecnológica                      | Microeconomia 1                                      | Teoria Geral do Direito Público        |
| Controle e Avaliação da Gestão Pública | Bibliografia Geral  | Introdução ao Conteúdo Bibliográfico                | Microeconomia 2                                      | Teoria Política Contemporânea          |
| Controladoria                          | Cálculo 1   | Introdução ao Conteúdo da História                  | Mod de Ajustamentos Contábeis                        | Teoria Política Moderna                |
| Custos                                 | Cálculo 2   | Introdução Bil. Cien. Informação                    | Morfologia do Português                              | Tóp. Av. em Prom. da Saúde 1           |
| Estatística Aplicada                   | Cálculo 3   | Introdução a Estatística Econômica                  | Normas Norte-Americanas de Contabilidade             | Top. Contemp. em Contabilidade         |
| Ética Prof. Ciências Contábeis         | Cálculo de Probabilidade 1                                | Introdução ao Estudo das Relações Internacionais    | Orçamento Empresarial                                |  |
| Execução da Gestão Pública             | Cálculo de Probabilidade 2                                | Introdução a Metodologia das Ciências Sociais       | Organização Adm. de Bibliotecas                      |  |
| Inst. Direito Público e Privado        | Cálculo Financeiro  | Introdução a Algebra Linear                         | Organização e Sistemas                               |  |
| Introdução a Administração             | Contabilidade de Instituições Financeiras                 | Introdução a Arquivologia                           | <b>Perícia Contábil</b>                              |  |
| Introdução a Economia                  | Contabilidade de Companhias Transnacionais                | Introdução a Atuária                                | Planejamento Bibliotecário                           |  |
| Introdução a Sociologia                | Contabilidade do Setor Previdenciário                     | Introdução a Ciência da Computação                  | Planejamento Tributário                              |  |
| Legislação Comercial                   | Contabilidade Agrária                                     | Introdução a Ciência Política                       | Pol. Esp-Política Comparada                          |  |
| Legislação Social                      | Contabilidade do Agronegócio                              | Introdução a Econometria                            | Política Externa Brasileira                          |  |
| Legislação Tributária                  | Contabilidade Industrial                                  | Introdução a Filosofia                              | Prática de Frances Oral e Escrito 1                  |  |
| Matemática 1                           | Contabilidade Internacional                               | Introdução a Linguística                            | Prática de Frances Oral e Escrito 2                  |  |
| Programação Fiscal Financeira          | Contabilidade Securitária                                 | Introdução a Microinformática                       | Prática de Frances Oral e Escrito 3                  |  |
| Sistemas de Informações Contábeis      | Contabilidade Soc. Corporativa                            | Introdução a Probabilidade                          | Prática de Frances Oral e Escrito 4                  |  |
| Teoria Contábil                        | Economia Brasileira                                       | Introdução ao Direito 1                             | Prática Comercial                                    |  |
| Leitura e Produção de Textos           | Economia do Setor Público                                 | Jogos Contábeis de Empresas                         | Prática Desportiva 1                                 |  |
| Português Instrumental 1               | Economia Estatística                                      | Lingua Chinesa 1                                    | Prática Desportiva 2                                 |  |
| Laboratório em Ciências Contábeis      | Economia Quantitativa 1                                   | Lingua Chinesa 2                                    | Previsão de Insolvências                             |  |
| Laboratório Contábil Empresarial       | Est. Sup. Em Contabilidade 2                              | Lingua Chinesa 3                                    | Probabilidade e Estatística                          |  |
| Pesquisa em Ciências Contábeis         | Evol. Ideias Eco Sociais                                  | Lingua Espanhola 1                                  | Promoção da Saúde 2                                  |  |

Fonte: Elaboração Própria com base na grade curricular Oficial da UnB.

Observa-se que as disciplinas Administração Financeira e Contabilidade Pública, Análise das Demonstrações Contábeis Governamentais, Auditoria do Setor Público, Finanças Públicas e Perícia Contábil são opcionais.

No total de 41 disciplinas, a grade curricular da Unieuro é descrita na Tabela 2. Observa-se que não há distinção entre matérias obrigatórias e opcionais, constituindo-se em uma grade curricular única.

Tabela 2: Grade Curricular da Unieuro.

|   |  |
|---|--|
| Contabilidade Geral I                       | Contabilidade Avançada   |
| Psicologia                                  | Legislação Social e Trabalhista                                  |
| Teoria Geral da Administração               | Métodos Quantitativos  |
| Leitura e Produção de Textos                | Orçamento Empresarial  |
| Sociologia                                  | Contabilidade Pública II   |
| Economia                                    | Tópicos Especiais em Contabilidade                               |
| Metódos e Técnicas de Pesquisa              | Teoria da Contabilidade  |
| Matemática                                  | Análise de Custos  |
| Economia Contemporânea                      | Auditoria  |
| Instituições de Direito Público e Privado   | Análise das Demonstrações Financeiras                            |
| Matemática Financeira I                     | Custos   |
| Introdução a Informática                    | Práticas Contábeis   |
| Legislação Societária e Comercial           | Contabilidade Internacional Comparada                            |
| Contabilidade Geral II                      | Contabilidade Fiscal e Tributária                                |
| Estatística                                 | Perícia Contábil e Arbitragem                                    |
| Legislação Tributária                       | Finanças e Análise de Projeto                                    |
| Contabilidade Geral III                     | Contabilidade das Instituições Financeiras e Mercado de Capitais |
| Contabilidade Pública I                     | Tópicos Gerais de Contabilidade                                  |
| Análise de Sistemas Contábeis               | Atividades Complementares  |
| Introdução a Atuaria                        | Estágio Supervisionado   |
| Ética Geral e Profissional em Contabilidade |  |

Fonte: Elaboração própria com base na grade curricular oficial da Unieuro.

A UNIP apresenta grade curricular com 52 disciplinas, discriminadas na Tabela 3.

Tabela 3: Grade Curricular da UNIP.

|                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| Análise de Balanços                   | Tecnologias da Informação                 |
| Análise de Custos                     | Economia                                  |
| Atividades Complementares             | Estatística Básica                        |
| Auditoria                             | Estatística Descritiva                    |
| Avaliação das Demonstrações Contábeis | Estrutura das Demonstrações Contábeis     |
| Avaliação do Desempenho Gerencial     | Ética Geral e Profissional                |
| Ciências Sociais                      | Finanças Empresariais                     |
| Comunicação e Expressão               | Gestão-Empreendedorismo                   |
| Contabilidade                         | Homem e Sociedade                         |
| Contabilidade Avançada                | Instituições de Direito Público e Privado |
| Contabilidade Comercial               | Interpretação das Demonstrações Contábeis |
| Contabilidade de Custos               | Interpretação e Produção de Textos        |
| Contabilidade Decisorial              | Libras (optativa)                         |
| Contabilidade Empresarial             | Matemática                                |
| Contabilidade Financeira              | Matemática Aplicada à Contabilidade       |
| Contabilidade Gerencial               | Matemática Comercial                      |
| Contabilidade Intermediária           | Mercado Financeiro e de Capitais          |
| Contabilidade Pública e Governamental | Metodologia do Trabalho Acadêmico         |
| Contabilidade Societária              | Métodos de Pesquisa                       |
| Contabilidade Tributária              | Normas Profissionais de Auditoria         |
| Controladoria e Orçamento             | Normas Profissionais de Perícia Contábil  |
| Direito Comercial                     | Perícia Contábil                          |
| Direito Social                        | Planejamento Contábil Tributário          |
| Direito Societário                    | Prática de Gestão e Resultados            |
| Direito Trabalhista                   | Teoria e Normas Contábeis                 |
| Direito Tributário                    | Estágio Supervisionado                    |

Fonte: Elaboração própria com base na Grade Curricular oficial da UNIP.

A Tabela 4 apresenta a grade curricular da UDF. Observa-se que a grade é composta de matérias obrigatórias e opcionais, totalizando 72 disciplinas. Consta, também, da referida grade a possibilidade de outras disciplinas facultativas a serem definidas.

Tabela 4: Grade Curricular da UDF.

| DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS                           | DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS   | DISCIPLINAS OPCIONAIS                           |
|--|--|---|
| Introdução à Antropologia                          | Contabilidade Comercial  | Inovação e Criatividade                         |
| Filosofia Geral                                    | Contabilidade e Mercado de Capitais                                | Língua Portuguesa                               |
| Introdução ao Estudo do Direito                    | Organização, Sistemas e Métodos                                    | Inglês Instrumental I                           |
| Introdução à Ciência da Computação                 | Mediação e Arbitragem  | Inglês Instrumental II                          |
| Lógica Matemática                                  | Contabilidade e Análise de Custos II                               | Introdução à Ciência da Computação              |
| Ética Geral e Cidadania                            | Análise das Demonstrações Contábeis I                              | Instituições de Direito Público e Privado       |
| Introdução à Administração                         | Contabilidade Fiscal   | Cidadania e Realidade Brasileira                |
| Introdução à Contabilidade                         | Fundamentos Atuariais e Contábeis das Entidades                    | Banco de Dados I                                |
| Introdução à Economia                              | Gestoras de Risco  | Gestão da Qualidade                             |
| Introdução à Estatística                           | Prática em Laboratório de Informática                              | Gestão de Projetos                              |
| Matemática Financeira                              | Legislação e Ética Profissional (Específica para FCGE)             |   |
| Contabilidade Geral I                              | Estágio Curricular Supervisionado I – Laboratório Contábil         | HP 12   |
| Probabilidade                                      | Análise das Demonstrações Contábeis II                             | Gestão Empreendedora I                          |
| Orçamento Governamental                            | Controladoria I  | Planejamento Tributário                         |
| Legislação Aplicada (Empresarial)                  | Introdução à Auditoria   | Balanced Scorecard                              |
| Legislação Aplicada (Trabalhista e Previdenciária) | Perícia Contábil   | Gestão do Conhecimento                          |
| Metodologia Científica                             | Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I                             | Prática e Atualização Interdisciplinar          |
| Contabilidade Geral II                             | Estágio Curricular Supervisionado II (Lab.Cont.Gestão Pública)     | Estudos Independentes (outras áreas)            |
| Contabilidade Pública I                            | Controladoria II   | Projeto(s) de Iniciação Científica              |
| Estrutura das Demonstrações Contábeis              | Auditoria Empresarial  | Projeto(s) de Pesquisa ou Prática Investigativa |
| Teoria da Contabilidade                            | Auditoria do Setor Público   | Atividade(s) e/ou Curso(s) de Extensão          |
| Legislação Aplicada (Tributária)                   | Tópicos Especiais em Contabilidade Nacional e Internacional        | Eventos   |
| Métodos e Técnicas de Pesquisa                     | Auditoria de Sociedades Cooperativas e Entidades do Terceiro Setor | Monitoria (Conforme regulamento específico)     |
| Contabilidade Pública II                           | Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II                            | Outras  |
| Contabilidade e Análise de Custos I                | Estágio Curricular Supervisionado III (Lab.Cont. Corporativa)      |   |

Fonte: Elaboração própria com base na Grade Curricular oficial da UDF Centro Universitário.

A grade curricular da Universidade Católica de Brasília é composta por 34 disciplinas, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5: Grade Curricular da UCB.

|   |   |
|---|---|
| Contabilidade Geral I                     | Língua Estrangeira                          |
| Teoria da Contabilidade                   | Contabilidade Básica II                     |
| Auditoria Contábil                        | Estrutura e Análise                         |
| Contabilidade Pública                     | Perícia Contábil                            |
| Trabalho Final                            | Instituição de Direito Público e Privado    |
| Legislação Societária e Comercial         | Sistemas de Informações Contábeis           |
| Administração Financeira                  | Legislação Trabalhista                      |
| Contabilidade e Sistema de Custos         | Contabilidade Avançada                      |
| Laboratório Contábil                      | Contabilidade Internacional                 |
| Contabilidade Comercial I                 | Estudos Organizacionais I                   |
| Matemática Financeira                     | Legislação Tributária                       |
| Análise de Custos                         | Ética em Ciências Contábeis                 |
| Controladoria                             | Introdução Economia II                      |
| Contabilidade Gerencial                   | Tópicos Contemporâneos de Contabilidade     |
| Introdução Economia I                     | Estatística Aplicada às Ciências Sociais I  |
| Estatística Aplicada a Ciências Sociais I | Estatística Aplicada às Ciências Sociais II |
| Matemática Aplicada a Ciências Sociais II | Estágio Supervisionado                      |

Fonte: Elaboração própria com base na grade curricular oficial da UCB.

Constata-se que a disciplina Contabilidade Pública integra 80% das grades curriculares apresentadas, sendo em 60% parte das disciplinas obrigatórias e em 20% das opcionais.



## **4.2 Das Disciplinas Exigidas nos Editais para o Cargo de Contador Público Federal**

As disciplinas exigidas nos editais para ingresso na carreira de contador público federal, são variáveis de acordo com o órgão que promove o processo seletivo. Observa-se que alguns conteúdos são próprios das Ciências Contábeis, enquanto que outros são específicos dos órgãos.

Tendo em vista que o cargo de contador público é integrante da Administração Pública, portanto o ingresso é na carreira de servidor público, exigem-se do candidato conhecimentos básicos sobre a Administração Pública, sobre os Princípios que a rege, constitucionalmente definidos no art. 37 da CF/88, assim como sobre as normas jurídicas que a regulamentam e que obrigam os seus agentes ao seu fiel cumprimento, sob pena de responsabilização penal, civil e administrativa, nos termos da lei.

Dessa forma, o candidato ao cargo de contador público deve possuir esses conhecimentos, que, de fato, constituem-se em pré-requisitos ao próprio exercício eficiente e eficaz de suas atividades, legalmente definidas.

Além disso, a elaboração de laudos, pareceres, relatórios, notas técnicas, dentre outros expedientes na Administração Pública, requer o domínio da língua portuguesa, com o rigor exigido nas normas técnicas e gramaticais vigentes.

O domínio dos recursos de informatização é fundamental ao exercício das atribuições do cargo de contador, uma vez que, na Administração Pública os sistemas são informatizados e integrados, a exemplo do SIAFI.

### ***4.2.1 Ministério da educação – universidade federal de Campina Grande***

Os conteúdos exigidos nesse processo seletivo foram divididos em conhecimentos gerais e específicos. Na parte geral, exigiu-se:

#### **1) Língua Portuguesa**

Relacionar uma informação identificada no texto com outras oferecidas no próprio texto ou em outro texto; fazer inferências e estabelecer relações entre partes de um texto; identificar o tema e estabelecer relações entre tópicos e subtópicos de um texto; relacionar informações verbais do texto com informações de ilustrações, fotos, gráficos, tabelas ou esquemas; relacionar informações constantes do texto com conhecimentos prévios, identificando opiniões, valores implícitos, pressuposições e situações de ambigüidade ou de ironia; reconhecer características próprias de um texto narrativo, argumentativo, descritivo, nos mais variados gêneros textuais; relacionar as diferenças de uma mesma informação,

divulgada por diferentes fontes, a produção de diferentes efeitos de sentido; identificar a tese e os argumentos de um texto; organizar um texto argumentativo com base no encadeamento de suas partes; estruturar um texto; estabelecer relações de sentido no texto: sinonímia, antonímia, polissemia e paráfrase; regência e concordância verbal e nominal; ortografia, pontuação e acentuação gráfica; adjetivos, verbos, conjunções, advérbios e preposições;

## 2) Noções de informática

Conceitos e fundamentos de microinformática; noções básicas de sistemas operacionais; serviço de *internet* (conceitos básicos, correio eletrônico, navegação, acesso remoto, transferência de arquivos, busca); conceitos e comandos do editor de textos; conceitos e comandos de planilha eletrônica; conceitos e comandos de programas de apresentação; e conceitos e princípios de segurança de informação de sistemas;

## 3) Legislação

Lei Nº. 8.112/90, de 11/12/1990, atualizada; Lei Nº. 11.091/2005, de 12/01/2005, atualizada; Decreto Nº. 1.171, de 22/06/1994; e

4) Matemática – conjunto de números naturais, inteiros, racionais e reais; sistema legal de unidade de medida; razão e proporção, grandezas proporcionais; média aritmética, média ponderada; regra de três simples e composta; juros simples e compostos; e porcentagem e desconto simples.

Os conhecimentos específicos para o cargo de contador exigidos nesse certame foram:

## 1) Contabilidade

Conceito e campo de aplicação; atos e fatos contábeis e administrativos; Princípios fundamentais da contabilidade; estrutura conceitual básica da contabilidade; patrimônio;

Contabilidade de custos: custeio por absorção, custeio variável, custeio baseado em atividade, custo-volume-lucro, estimativa de custos;

Contabilidade pública: conceito, campo de atuação, sistema orçamentário, sistema financeiro, sistema patrimonial, sistema de compensação, regimes contábeis, plano de contas; Sistema orçamentário - fixação da despesa, créditos adicionais, empenhos, classificação da despesa, pagamentos e anulação de pagamentos, restos a pagar, previsão da receita, arrecadação, recolhimento e anulações de recolhimentos, encerramento de contas no sistema orçamentário; Sistema financeiro - as disponibilidades e o realizável, dívida flutuante, receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, aplicações financeiras, operações de crédito por antecipação da receita – ARO, baixa e incorporação de valores financeiros; Sistema patrimonial - bens, participações e operações de crédito; Sistema de compensação na

Administração Pública; Dívida pública: escrituração contábil da constituição, do ajustamento e do resgate da dívida pública; Dívida fundada interna e externa; Execução de convênios; Execução orçamentária; Prestação de contas; Inventário; Inscrição da dívida ativa e dos restos a pagar; Prestação de contas e tomada de contas; Regime de adiantamento; SIAFI: conceito, objetivos, características, formas de acesso, modalidade de uso, abrangência e segurança do SIAFI, principais documentos de entrada de dados, fundamentos lógicos, fundamentos contábeis e SIAFI gerencial.

Constata-se que os conteúdos requeridos nesse processo seletivo exigem do candidato alto grau de conhecimento e habilidades integradas de várias disciplinas ministradas no curso de Ciências Contábeis, além de legislações específicas inerentes as atividades próprias do órgão. Além disso, exigem-se do candidato o domínio da língua escrita formal e a habilidade de interpretação de textos em suas várias modalidades.

#### ***4.2.2 Ministério do desenvolvimento social e combate a fome***

No processo seletivo para o cargo de contador nesse ministério, exigiram-se conhecimentos gerais e específicos, assim discriminados,

Conhecimentos gerais:

##### **1) Língua portuguesa**

Compreensão e interpretação de textos, tipologia textual, ortografia oficial, acentuação gráfica, emprego das classes de palavras, emprego do sinal indicativo de crase, sintaxe da oração e do período, pontuação, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, significação das palavras, redação e correspondências oficiais;

##### **2) Noções de direito**

Constituição da República Federativa do Brasil: Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Título III – Da Organização do Estado; Título VIII – Da Ordem Social (Capítulos I e II); Leis e alterações posteriores: nº. 4.320/64, nº. 8.112/90, nº. 8.666/93, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); nº. 10.683/03 (Estrutura e funcionamento da Administração Pública Federal – competências do MDS); Leis e alterações posteriores: nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA); nº. 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS); nº. 10.741/03 (Estatuto do Idoso); nº. 10.835/04 (Renda Básica e cidadania); e nº. 10.836/2004 (Programa Bolsa Família); e

Conhecimentos gerais – atualidades políticas, econômicas e sociais.

Os conhecimentos específicos foram divididos em cinco blocos, a saber:

#### 1) Políticas Públicas

Instituições políticas, processo político e políticas públicas; etapas/fases do processo de política pública: formulação, implementação, execução, acompanhamento/monitoramento e avaliação; etapa/fase de formulação: níveis de decisão, atores, modelos de análise das políticas públicas, definição de objetivos e prioridades; etapa/fase implementação: níveis de decisão, atores, estratégias, recursos e problemas; processo de acompanhamento/monitoramento e avaliação de políticas públicas: atores, estratégias, instrumentos e problemas; arenas de políticas públicas e o papel de atores sociais (classes, profissões, burocracia, comunidades técnicas, agências internacionais); e gestão social das políticas públicas.

#### 2) Contabilidade Geral:

Lei nº. 6.404/76; Lei Complementar nº. 10.303/2001 e legislação complementar; princípios e convenções contábeis; plano de contas; elaboração das demonstrações contábeis; efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas; consolidação das demonstrações contábeis; avaliação e contabilização de investimentos; ativo imobilizado; ativo diferido; passivos exigíveis; constituição de provisões; resultado de exercícios futuros; patrimônio líquido; demonstração do resultado do exercício; e demonstração do fluxo de caixa.

#### 3) Auditoria

Normas de auditoria; auditoria contábil, de gestão, de programas, operacional e de sistemas; licitação; análise econômico-financeira: análise vertical e horizontal das demonstrações financeiras; índices econômico-financeiros de estrutura, liquidez e rentabilidade; e análise dos prazos médios e do ciclo financeiro.

#### 4) Contabilidade Pública e de Custos

Contabilidade pública: conceito, objeto e regime; campo de aplicação; legislação básica: Lei nº. 4.320/64 e Decreto nº. 93.872/86; conceitos e princípios básicos da Lei nº. 4.320/64; balanço financeiro, patrimonial, orçamentário e demonstrativo das variações, de acordo com a Lei nº. 4.320/64; sistemas de custos: terminologia aplicada à contabilidade de custos, terminologia em entidades não industriais; classificação de custos: custos diretos, fixos e variáveis; separação entre custos e despesas; noções de métodos de custeio: por absorção, direto ou variável e ABC; e definição, principais características, diferenciações, vantagens e desvantagens.

### 5) Finanças públicas e orçamento governamental

Objetivos, metas, abrangência e definição das finanças públicas; o financiamento dos gastos públicos: tributação e equidade; *déficit* público; federalismo fiscal; lei de Responsabilidade Fiscal; orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; orçamento público: conceitos e elementos básicos do orçamento público, orçamento tradicional, orçamento base zero, orçamento de desempenho, orçamento programa; objetivos da política orçamentária; classificação e conceituação da receita e da despesa orçamentária brasileira; Manual Técnico do Orçamento 2005; integração, planejamento e orçamento – Decreto nº. 2.829/98 e Portaria nº. 42/99; modelo de Gestão do PPA 2004-2007 – Decreto nº. 5.233/04; e manuais de elaboração e gestão e de avaliação anual do PPA.

Observa-se que nesse processo seletivo foram exigidos do candidato conhecimentos aprofundados de contabilidade pública, orçamento público, auditoria, além de noções sobre políticas públicas específicos para o órgão. Percebe-se que o candidato deve ter domínio da língua portuguesa e conhecer assuntos diversos sobre a atualidade políticas, econômicas e sociais.

#### **4.2.3 Ministério do turismo**

Nesse processo seletivo foram exigidos dos candidatos conhecimentos gerais e específicos. Os gerais dividiram-se em quatro blocos:

##### 1) Língua portuguesa

Compreensão, interpretação e reescritura de textos e fragmentos de textos, com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas; tipologia textual; paráfrase, perífrase, síntese e resumo; processos de coesão textual; coordenação e subordinação; significação literal e contextual de vocábulo; estrutura, formação, classe e emprego de palavras; pontuação; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; acentuação gráfica; emprego do sinal indicativo de crase; ortografia oficial; e manual de redação da Presidência da República.

##### 2) Matemática

Conjuntos numéricos; números naturais, inteiros, racionais e reais; operações com conjuntos; fatoração e números primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; operações com números reais, intervalos; razões e proporções: grandezas diretamente proporcionais e inversamente proporcionais; porcentagem; regra de três simples e compostas;

equações, inequações e sistemas de equações; progressões aritméticas e geométricas; funções; polinômios; sistemas de medidas; perímetro a área de figuras planas; volumes; noções de geometria plana e espacial; probabilidade e análise combinatória; e noções de matemática financeira.

### 3) Microinformática

Sistema operacional *Windows XP*; *Microsoft Word 2003*; *Microsoft Excel 2003*; conceitos, serviços e tecnologias relacionados à *internet* e a correio eletrônico; *internet Explorer 6* e *Outlook Express 6*; noções relativas a *softwares* livres; noções de *hardware* e de *software* para o ambiente de microinformática.

### 4) Conhecimentos Gerais

Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como desenvolvimento sustentável, turismo, ecologia, tecnologia, energia, política, economia, sociedade, educação e segurança e suas vinculações históricas; noções de meio ambiente: noções de ecologia – poluição do ar, água e solo; noções de Direito Administrativo; Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas alterações posteriores.

Os conhecimentos específicos exigidos nesse certame foram:

1) Lei nº. 6.404, de 15/12/1976 e legislação complementar;

### 2) Contabilidade Pública

Plano de contas único para os órgãos da administração direta; registros contábeis de operações típicas em unidades orçamentárias ou administrativas (sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação); balanço e demonstrações das variações patrimoniais exigidas pela Lei nº. 4.320, de 17/3/1964 e suas alterações posteriores; contabilidade comercial: elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos princípios fundamentais da contabilidade; consolidação de demonstrações contábeis; análise econômico-financeira; orçamento público: elaboração, acompanhamento e fiscalização; créditos adicionais, especiais e extraordinários, ilimitados e suplementares; plano plurianual; projeto de lei orçamentária anual: elaboração, acompanhamento e aprovação; princípios orçamentários; diretrizes orçamentárias; processo orçamentário; métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público; normas legais aplicáveis; SIDOR, SIAFI; receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa; despesa pública: categorias, estágios; suprimimento de fundos; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores; Conta Única do Tesouro; tomada e prestações de contas; efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas; avaliação e contabilização de investimentos societários no país; destinação de

resultado; imposto de renda de pessoa jurídica; IRRF; ICMS; contribuição social sobre o lucro; PASEP; COFINS; custos para avaliação de estoques; custos para tomada de decisões; sistemas de custos e informações gerenciais; estudo da relação custo *versus* volume *versus* lucro; matemática financeira; regra de três simples e composta, percentagens; juros simples e compostos: capitalização e desconto; taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, real e aparente; rendas uniformes variáveis; planos de amortização de empréstimos e financiamentos; cálculo financeiro: custo real efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento; avaliação de alternativas de investimento; taxas de retorno, taxa interna de retorno; regimento interno do MT; plano nacional do turismo; Lei nº. 8.112, de 11/12/90 e suas alterações posteriores; Lei nº. 8.666, de 21/6/1993 e suas alterações posteriores; ética no serviço público; noções básicas da Lei nº. 10.520, de 17/7/2002 e decretos correlatos.

Observa-se que nesse processo seletivo foram exigidos do candidato conhecimentos aprofundados de contabilidade pública, orçamento público, além de conhecimentos específicos sobre as atividades do órgão. Percebe-se que o candidato deve ter domínio da língua portuguesa e conhecimento de assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável.

#### ***4.2.4 Ministério do planejamento, orçamento e gestão e fundação escola nacional de administração pública***

Na parte dos conhecimentos gerais, exigiu-se nesse processo seletivo:

##### **1) Língua Portuguesa**

Compreensão textual; ortografia; semântica; morfologia; sintaxe e pontuação;

##### **2) Raciocínio Lógico-Quantitativo**

Avaliação da habilidade do candidato em entender a estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas ou eventos fictícios, deduzir novas informações das relações fornecidas, e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. As questões das provas poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas; lógica de argumentação; diagramas lógicos; álgebra e geometria básica.

##### **3) Informática**

Conceitos básicos de informática; conceitos básicos de sistemas operacionais, características dos principais sistemas operacionais do mercado (*Windows* e *Linux*); conceitos e funções de aplicativos de editores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações e gerenciadores de bancos de dados; conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e pastas; conceitos básicos de segurança da informação, sistemas anti-vírus, sistemas de



*backup*, criptografia, assinatura digital e autenticação; *intranet* e *internet*: conceitos básicos e utilização de tecnologias, ferramentas e aplicativos associados a internet, navegação, correio eletrônico, grupos de discussão, busca e pesquisa.

#### 4) Constitucional

Teoria geral do Estado; os poderes do Estado e as respectivas funções; teoria geral da Constituição: conceito, origens, conteúdo, estrutura e classificação; supremacia da Constituição; tipos de Constituição; poder constituinte; princípios constitucionais; normas constitucionais e inconstitucionais; emenda, reforma e revisão constitucional; análise do princípio hierárquico das normas; princípios fundamentais da CF/88 (art. 1º a 4º); direitos e garantias fundamentais (art. 5º a 11); organização do Estado político-administrativo (art. 18 a 36); Administração Pública na CF/88 (art. 37 a 41); organização dos Poderes; o Poder Legislativo; a fiscalização contábil, financeira e orçamentária; o controle externo e os sistemas de controle interno; o Poder Executivo e o Poder Judiciário; O Ministério Público (art. 44 a 130); Sistema Tributário Nacional (art. 145 a 162); finanças públicas: normas gerais e orçamento público (art. 163 a 169); as políticas públicas na CF/88 (art. 170 a 232).

#### 5) Administrativo

Organização administrativa; administração direta; administração indireta; entidades políticas e administrativas: classificação (estatais e paraestatais); princípios básicos da Administração Pública; poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; atos administrativos: conceitos e elementos; competências, finalidade, forma, motivo e objeto; atributo: presunção de legalidade, imperatividade, auto executariedade; mérito administrativo; atos administrativos vinculados e discricionários; espécies de atos administrativos: normativos, ordinários, negociais, enunciativos e punitivos; invalidação dos atos administrativos: revogação, anulação e efeito; controle judicial dos atos administrativos: mandado de segurança e ação popular; processo de licitação: conceitos, princípios, finalidades, modalidades e tipos; Lei nº. 8.666/93 e alterações; processo de licitação: conceitos, princípios, finalidades e hipóteses; contratos administrativos: conceitos, princípios, aspectos gerais, cláusulas necessárias, formalização, execução, alterações, dissolução e extinção; contratos públicos de concessão, permissão e autorização (conceito, duração); Regime Jurídico dos Servidores – Lei n. 8.112/90 e alterações.

Os conhecimentos específicos requeridos nesse certame incluem:

#### 1) Contabilidade Geral e de Custos



Geral - fatos contábeis: conceito e classificação; sistemas de escrituração contábil; método das partidas dobradas; registro das transações e suas correções; livros principais e auxiliares; estrutura patrimonial: ativo, passivo e patrimônio líquido; critério de avaliação dos componentes patrimoniais; gestão: fluxo dos recursos, origem e aplicação; receitas, despesas, apuração e distribuição dos resultados; exercício social e regime contábil; exercício financeiro e lucro real; registro contábil das operações típicas de uma sociedade comercial; operações com mercadorias; inventário: periódico e permanente; operações financeiras; demonstrações financeiras de acordo com a Lei nº.6.404/76 e alterações; balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstrações das origens e aplicações dos recursos; demonstrações das mutações do patrimônio líquido; provisões, participações, reservas e dividendos de acordo com a Lei nº. 6.404/76 e alterações; princípios e convenções contábeis.

De custos – conceitos gerais; terminologia aplicada à contabilidade de custos; princípios contábeis aplicáveis; conceitos e classificação dos custos; apropriação dos custos de produção; conceitos e critérios de atribuição dos custos; departamentalização: conceitos envolvidos, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto; taxa de aplicação dos custos indiretos de produção; apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos; utilização de equivalentes de produção; tipos de produção; produção por ordem – conceitos, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos; produção conjunta – conceitos, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos; tipos de custeio; conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados; custeio ABC – conceitos, contabilização e aplicação dos custos; forma de controle dos custos; custos estimados – conceitos, tratamento contábil, análises das variações; custos controláveis – conceitos, tratamento contábil e aplicabilidade; custo padrão – conceitos, tratamento contábil, aplicabilidade e análises das variações; margem de contribuição; conceitos, cálculos e aplicabilidade; análise do custo x volume x lucro; variações do ponto de equilíbrio; grau de alavancagem operacional; e margem de segurança.

## 2) Auditoria

Normas de auditoria independente; normas relativas à pessoa do auditor, a execução do trabalho e ao parecer; normas emanadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, CFC e Ibracon – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes do Brasil e demais órgãos regulamentadores de auditoria; ética profissional e responsabilidade legal; normas brasileiras para o exercício da auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito de trabalho, execução do trabalho e administração da área de auditoria interna; planejamento dos

trabalhos; execução dos trabalhos de auditoria: programas de auditoria; papéis de trabalho; testes de auditoria; contingências; amostragem estatística em auditoria; avaliação dos controles internos; materialidade, relevância e risco de em auditoria; evidência em auditoria; eventos ou transações subseqüentes; revisão analítica; técnicas e procedimentos em auditoria; auditoria interna: normas brasileiras para o exercício da auditoria interna; função da auditoria interna; auditoria no setor público federal: controle externo; o Tribunal de Contas da União (Lei nº. 8.443/92 e IN nº. 47/04): natureza, competência, jurisdição e julgamento de contas; processo de TC e PC; o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal: finalidades, atividades, organização e competências (Lei nº. 10.180/2001, Decreto nº. 3.591/2000 e suas alterações); a metodologia de trabalho do Sistema de Controle Interno (IN SFC/MF Nº. 01, de 06.04.2001, publicada no DOU de 12.04.2001, seção I, pág. 12); objetivos e abrangência de atuação do SCI; técnicas de controle; formas e tipos; normas relativas à execução dos trabalhos; normas relativas à opinião do Sistema de Controle Interno – SCI; normas relativas ao controle interno administrativo, a audiência do auditado e a forma de comunicação; relatórios e pareceres de auditoria; planejamento das ações de controle interno.

### 3) Matemática Financeira

Juros simples: ordinário, comercial e exato; taxa percentual e unitária: nominal, proporcional e equivalente; prazo, taxa e capital médios; montante; valor atual; desconto comercial e racional; equivalência de capitais; juros compostos: taxa proporcional, equivalente, efetiva e nominal; convenção linear e exponencial; montante; valor atual; desconto racional; equivalência de capitais; anuidade ou rendas certas.

### 4) Contabilidade Pública

Conceito, objetivo e campo de atuação; Legislação básica (Lei nº. 4.320/64 e Decreto nº. 93.872/86, Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº. 101/00 e Decreto nº. 3.590/00); princípios contábeis aplicados aos órgãos e entidades governamentais (Lei 4.320/64); sistemas de contas; variações patrimoniais: ativas e passivas orçamentárias e extraorçamentárias; plano de contas único do Governo Federal: conceito, estrutura básica ativo, passivo, despesa, receita, resultado diminutivo e aumentativo do exercício, estrutura de contas, partes integrantes, características das contas, contas de controle – da previsão e execução da receita, fixação e execução da despesa, dos restos a pagar e contas com função precípua de controle (contratos, cauções, convênios e instrumentos similares, diversos responsáveis); Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI: conceito, objetivos, campo de aplicação, modalidade de uso, formas de acesso, principais documentos; evento: conceito, estrutura, classes de eventos, fundamentos lógicos;

contabilização dos principais fatos contábeis: previsão da receita, fixação da despesa, descentralização de crédito, liberação financeira, realização de receita e despesa; balancete: características, conteúdo e forma; demonstrações contábeis: balanço orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais; relatório de gestão fiscal: características e conteúdo; aspectos contábeis advindos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Observa-se que os conhecimentos específicos exigidos nesse certame são de natureza complexa, requerendo do candidato aprofundamento em conceitos e técnicas de auditoria, além de domínio dos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais da Administração Pública.

#### ***4.2.5 Senado federal***

Dentre os conhecimentos mencionados no edital de abertura do processo seletivo para o cargo de contador estão:

##### **1) Língua Portuguesa**

Leitura e análise de textos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. Significação contextual de palavras e expressões. Interpretação: pressuposições e inferências; implícitos e subentendidos. Variedades de texto e adequação de linguagem. Equivalência e transformação de estruturas. Discurso direto e indireto. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Emprego de tempos e modos verbais. Pontuação. Estrutura e formação de palavras. Funções das classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Redação Oficial (Manual de Redação da Presidência da República e Manual de Elaboração de Textos do Senado Federal).

##### **2) Língua Inglesa e Espanhola**

Estratégias de leitura: compreensão geral do texto; reconhecimento de informações específicas; capacidade de análise e síntese; inferência e predição; reconhecimento do vocabulário mais freqüente em textos não-literários; palavras cognatas e falsos cognatos. Estratégias discursivas: tipo de texto; função e estrutura discursivas; marcadores de discurso; elementos de coesão. Aspectos gramaticais: uso de artigos definidos e indefinidos; conhecimento dos tempos e modos verbais; uso de preposições, conjunções, pronomes e modais; concordância nominal e verbal; formação e classe de palavras; relações de coordenação e subordinação; voz passiva, discurso direto e indireto.

### 3) Conhecimentos Gerais

Mundo Contemporâneo: elementos de política internacional e brasileira. Cultura internacional. Cultura e sociedade brasileira: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. O desenvolvimento urbano brasileiro. Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais. Elementos de economia internacional contemporânea. Panorama da economia nacional. Noções de Direito Administrativo: conceitos, organização administrativa brasileira, poderes administrativos, administração pública, responsabilidade civil do Estado. Administração Pública direta e indireta: autarquias, fundações, entidades paraestatais. Constituição Federal: art. 1º ao 5º; 18º ao 24º; 37º ao 41º; 44º ao 75º. Regime Jurídico: Lei nº. 8.112/90 e suas alterações. Lei nº. 8.666/93 e suas alterações. Lei nº. 9.784/99. Regimento Interno do Senado Federal e Regimento Comum.

Além desses, foram exigidos conhecimentos específicos, assim discriminados:

#### 1) Matemática

Matemática financeira: Juros simples: montante, capital, prazo e taxa; desconto simples racional e comercial; equivalência de capitais, fluxos de caixa e de taxas; Juros compostos: montante, capital, prazo e taxa; desconto composto racional e comercial; equivalência de capitais, fluxos de caixa e de taxas; Taxas de juros: taxas nominais, efetivas e equivalentes; Séries de pagamento (rendas certas ou anuidades): estrutura, fluxos de caixa e classificação; taxa de juros, prestações, prazos, capitais e montantes; Sistemas de amortização: sistema de amortização progressiva – SAP (Sistema Francês, Tabela *Price*); sistema de amortização constante – SAC; Sistema de amortização misto – SAM.

#### 2) Contabilidade Geral e Demonstrações Contábeis

Contabilidade geral e demonstrações contábeis: Contabilidade: conceito, objeto, fins, campo de aplicação, usuários; Métodos de avaliação de estoques, segundo a legislação societária e fiscal; Avaliação dos componentes patrimoniais; Fatos contábeis; Princípios fundamentais de contabilidade: conceito e aplicação segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC); Inventário; Escrituração; Demonstrações contábeis: conceito, finalidade, importância, época e forma de elaboração, estruturação e consolidação; Análise das demonstrações contábeis: conceito e finalidade. Análise horizontal, vertical, por quocientes. Estrutura do ativo, do passivo, patrimônio líquido e de resultados, para fins de análise.

### 3) Contabilidade Pública

Contabilidade pública, administração orçamentária e financeira: Necessidades e serviços públicos; Controle na administração pública; O grupo econômico estatal; Patrimônio das entidades públicas; Bens públicos; Dívida pública; Avaliação dos componentes patrimoniais; A gestão das entidades públicas; Período administrativo e exercício financeiro; Regimes contábeis; Receita pública e despesa pública; Fases administrativas da receita e da despesa orçamentária; O regime de adiantamento de numerário; O inventário; A escrituração das operações típicas das entidades públicas; A determinação dos resultados do exercício; Balanços orçamentários, financeiro e patrimonial; Demonstração das variações patrimoniais; Prestação e julgamento de contas governamentais. Licitações. Conceito, objeto, finalidades e princípios. Dispensa e inexigibilidade. Vedações. Modalidades. Procedimentos e fases. Revogação e invalidação.

### 4) Auditoria

Aspectos gerais - princípios e normas; Ética profissional; Responsabilidade do auditor; Procedimentos e técnicas de trabalho; Meios de prova - exames, testes, amostragens, estabelecimento de relevância, eventos subsequentes, confirmações com terceiros e papéis de trabalho; Diferenças entre auditoria externa e interna; Auditoria interna - conceito, funções, objetivos e atribuições; Avaliação dos controles internos, revisão analítica, conferência de cálculos, inspeção de documentos, programas de trabalho, segregação de funções, análise do custo dos controles x benefícios, confronto dos ativos com os registros contábeis e auxiliares e acompanhamento de inventários; Relatório-comentário.

Observa-se que nesse processo seletivo foram exigidos conhecimentos de língua inglesa e espanhola, além do Regimento Interno do órgão (Senado Federal). Na parte específica, além dos conhecimentos em contabilidade pública, requer-se do candidato domínio em conceitos e técnicas de auditoria.

#### **4.2.6 Câmara dos deputados**

Para o cargo de contador, nesse concurso foram requeridos conhecimentos gerais, divididos em:

#### 1) Língua Portuguesa

Compreensão, interpretação de textos, com domínio das relações morfossintáticas, semânticas e discursivas; tipologia textual; significação literal e contextual dos vocábulos; processos de coesão textual; coordenação e subordinação; emprego das classes de palavras;

concordância; regência; estrutura, formação e representação das palavras; ortografia oficial; pontuação; e redação.

## 2) Língua Inglesa

Compreensão de textos escritos em língua inglesa. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.

## 3) Língua Espanhola

Compreensão de textos escritos em língua espanhola. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.

## 4) Legislação

Direito Constitucional:

Constituição Federal

- Título I – Dos Princípios Fundamentais;
- Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais;
- Título III – Da Organização do Estado; Capítulo VII – Da Administração Pública;

Seção I – Disposições Gerais;

Seção II – Dos Servidores Públicos

- Título IV – Da Organização dos Poderes; Capítulo I – Do Poder Legislativo; Capítulo II – Do Poder Executivo, Seção;

I – Do Presidente e do Vice-Presidente da República, Seção II – Das Atribuições do Presidente da República, Seção; e

III – Da Responsabilidade do Presidente da República; Capítulo III – Do Poder Judiciário, Seção I – Disposições Gerais.

Regimento Interno:

- Título I - Disposições Preliminares;
- Título II – Dos Órgãos da Câmara;
- Título III – Das Sessões da Câmara, Capítulo I – Disposições Gerais, Capítulo II – Das Sessões Públicas;
- Título IV – Das Proposições;
- Título V – Da apreciação das Proposições;
- Título VI – Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais, Capítulo I – Da Proposta de Emenda à Constituição;

Capítulo II – Dos Projetos de Iniciativa do Presidente da República com Solicitação de Urgência;

Capítulo III – Dos Projetos de Código;

Capítulo III-A – Dos Projetos de Consolidação; e

- Título VIII – Da Participação da Sociedade Civil.

Direito Administrativo:

- Atos Administrativos.
- Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais – Lei 8.112/90:
  - Título I – Das Disposições Preliminares;
  - Título II – Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição;
  - Título III – Dos Direitos e Vantagens;
  - Título IV – Do Regime Disciplinar; e
  - Título VI – Da Seguridade Social do Servidor; Capítulos I, II e III.
- Decreto-Lei 200, de 25/02/1967

#### 5) Conhecimentos Gerais

Elementos de política brasileira; cultura e sociedade brasileira: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão; cultura internacional; história do Brasil; descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea; o desenvolvimento urbano brasileiro; meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais – aspectos locais e aspectos globais; elementos de economia internacional contemporânea; panorama da economia nacional; e o cotidiano brasileiro.

#### 6) Informática

Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à *Internet/Intranet*; ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa; organização de informação para uso na *Internet*, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos; conceitos de proteção e segurança da informação; conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: conceitos de *hardware* e de *software*; procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (*backup*); conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas; principais aplicativos da *Microsoft* e *BRoffice* para edição de textos e de planilhas eletrônicas.

Os conhecimentos específicos dividiram-se em sete grupos, a saber:

#### 1) Administração Financeira e Orçamentária



Políticas Públicas. Planejamento Governamental; orçamento público: natureza jurídica, princípios, competência e elaboração; Plano Plurianual: planos e programas nacionais, regionais e setoriais; Lei das Diretrizes Orçamentárias: metas, objetivos, diretrizes e funções; Lei Orçamentária Anual: classificação funcional e programática e categorias econômicas; créditos orçamentários e adicionais, quadro de detalhamento da receita e da despesa; unidades orçamentárias e gestoras; receita pública: classificações, fontes, estágios; dívida ativa; despesa Pública: classificações, estágios, suprimento de fundos, restos a pagar; despesa de exercícios anteriores; dívida flutuante e dívida fundada; programação Financeira; execução Orçamentária e financeira; Lei de Responsabilidade Fiscal; compatibilização entre o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; operações de Créditos.

## 2) Contabilidade Geral e Comercial

Contabilidade geral e comercial: conceito, finalidade, objeto e campo de aplicação. Formas Jurídicas de empresas comerciais; registros de constituição e alterações nas sociedades: transformação, fusão, incorporação, cisão, absorção e liquidação. Fatos contábeis: conceito e classificação. Sistema de escrituração contábil: método das partidas dobradas; registro das transações e suas correções; livros principais. Estrutura patrimonial: ativo, passivo e patrimônio líquido; critério de avaliação dos componentes patrimoniais. Gestão: fluxo de recursos, origem e aplicação; receitas, despesas, apuração e distribuição dos resultados; exercício social e regime contábil; exercício financeiro e lucro real. Registros contábeis das operações típicas de uma sociedade comercial. Operações com mercadorias; inventários: periódico e permanente. Operações financeiras. Demonstrações financeiras: balanço patrimonial, demonstrações de resultado do exercício, demonstrações de lucros e prejuízos acumulados, demonstração das origens e aplicação de recursos e demonstração das mutações do patrimônio líquido, provisões, participações, reserva e dividendos. Princípios e convenções contábeis.

## 3) Contabilidade Pública

Plano de contas único para os órgãos da Administração Direta. Noções sobre Tabela de Eventos. Registros contábeis de operações típicas em Unidades Orçamentárias ou Administrativas (sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação). Inventário: material permanente e de consumo. Balanço e demonstrações das variações patrimoniais exigidas pela Lei nº. 4.320, de 17/3/1964. SIAFI.



#### 4) Auditoria e Controle

Aspectos gerais: Princípios e normas. Ética profissional. Responsabilidade do auditor. Procedimentos e técnicas de trabalho. Meios de prova: exames, testes, amostragens, estabelecimento de relevância, eventos subseqüentes, confirmações com terceiros e papéis de trabalho. Diferenças entre Auditoria Externa e Interna. Auditoria Interna: conceito, funções, objetivos e atribuições. Avaliação dos controles internos, revisão analítica, conferência de cálculos, inspeção de documentos, programas de trabalho, segregação de funções, análise do custo dos controles e benefícios, confronto dos ativos com os registros contábeis e auxiliares e acompanhamento de inventários. Relatórios e Pareceres de Auditoria – tipos, formas e aplicações e Normas Profissionais de Auditoria. Tomadas e Prestações de Conta na Administração Pública Federal. Controle Interno e Controle Externo.

#### 5) Estatística

Estatística descritiva e exploratória. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuição de frequências. Função de distribuição empírica. Histogramas, diagramas de ramos e folhas, desenho esquemático e ogivas. Atipicidades e assimetria em conjunto de dados. Medidas de posição (média, moda, mediana e *quartis* em geral) e medidas de dispersão. Propriedades da média e da variância. Teoria das Probabilidades.

#### 6) Matemática Financeira

Conceitos básicos: fluxos de caixa e valor do dinheiro no tempo. Juros simples: capitalização simples, remuneração do capital, cálculo do montante e principal e equivalência de capitais. Juros compostos: capitalização composta, cálculo do montante e principal, e equivalência de capitais. Taxas de juros: taxa de juros efetiva, taxa de juros nominal, equivalência entre taxa nominal e efetiva, taxa de juros e inflação, e taxa de juros do mercado brasileiro. Desconto: desconto racional simples, desconto comercial simples, taxa de desconto efetiva, desconto financeiro composto e desconto comercial composto. Séries de pagamentos/recebimentos: valor presente de séries uniformes, valor presente de perpetuidades, montante de séries uniformes, cálculo de taxas de juros de séries uniformes, taxa interna de retorno de séries mistas e séries variáveis - não homogêneos e progressão aritmética e geométrica. Capitalização contínua: a capitalização contínua e suas aplicações, valor presente de capitais uniformemente distribuídos.

#### 7) Direito Tributário

Conceito. Princípios. Normas Gerais. Obrigação tributária: elementos constitutivos e espécies. Fato Gerador. Sujeitos ativos e passivos. Crédito Tributário. Sistema Tributário

Nacional: princípios gerais. Limitações ao poder de tributar. Impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Constata-se que, a semelhança do concurso do SF, nesse certame forma exigidos conhecimentos de língua inglesa e espanhola, além de partes do Regimento Interno do órgão. Ademais, foram cobrados conhecimentos de direito tributário e matemática financeira, além de contabilidade pública e auditoria, na parte específica.

#### ***4.2.7 Tribunal superior eleitoral***

De acordo com as especificações desse certame, as questões das provas objetivas podem avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio. Ademais, as questões das provas objetivas podem contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento. Dessa forma, foram exigidos, os conhecimentos básicos, assim discriminados:

##### **1) Língua Portuguesa**

Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras. Redação de correspondências oficiais.

##### **2) Noções de Informática**

Sistema operacional *Windows XP*. *Microsoft Office: Word 2002, Excel 2002 e Power Point 2002*. Conceitos e tecnologias relacionados à *Internet* e a *Correio Eletrônico*. *Internet Explorer 6* e *Outlook Express 6*.

##### **3) Noções de Direito Administrativo**

Dos servidores públicos – Lei nº. 8.112/90: disposições preliminares, provimento, vacância, do direito de petição, do regime disciplinar, dos deveres, das proibições, da acumulação, das responsabilidades, das penalidades.

##### **4) Noções de Direito Constitucional**

Dos Tribunais e Juízes Eleitorais.

Os conhecimentos específicos exigidos nesse processo seletivo foram:

##### **1) Lei nº. 6.404 e legislação complementar.**

##### **2) Contabilidade Pública**

Plano de contas único para os órgãos da Administração Direta. Registros contábeis de operações típicas em Unidades Orçamentárias ou Administrativas (sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação). Balanço e demonstrações das variações patrimoniais exigidas pela Lei nº. 4.320/64.

### 3) Contabilidade comercial

Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos princípios fundamentais da contabilidade. Princípios Contábeis. Consolidação de demonstrações contábeis. Análise econômico-financeira.

4) Orçamento público: elaboração, acompanhamento e fiscalização. Créditos adicionais, especiais, extraordinários, ilimitados e suplementares. Plano plurianual. Projeto de Lei Orçamentária Anual: elaboração, acompanhamento e aprovação. Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentárias. Processo orçamentário. Métodos, técnicas e instrumentos do Orçamento Público. Normas legais aplicáveis. SIDOR, SIAFI. Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa. Despesa pública: categorias, estágios. Suprimento de fundos. Restos a Pagar. Despesas de exercícios anteriores. A conta única do Tesouro. Tomadas e prestações de contas.

### 5) Direito Tributário

Imposto de renda pessoa física (IRRF). Imposto ICMS. Contribuição social sobre o lucro. PASEP.

### 6) Custos

Custos para avaliação de estoques. Custos para tomada de decisões. Sistemas de custos e informações gerenciais. Estudo da relação custo *versus* volume *versus* lucro.

### 7) Matemática financeira

Regra de três simples e composta, percentagens. Juros simples e compostos: capitalização e desconto. Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, real e aparente. Rendas uniformes e variáveis. Planos de amortização de empréstimos e financiamentos. Cálculo financeiro: custo real efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento. Avaliação de alternativas de investimento. Taxas de retorno, taxa interna de retorno.

8) Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

9) Lei Complementar nº. 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Constata-se que, nesse processo seletivo, além das habilidades, pretendeu-se avaliar o candidato através de conhecimentos integrados em diversas áreas, destacando-se a contabilidade pública, orçamento público, direito tributário e matemática financeira.

#### **4.2.8 Supremo tribunal federal**

De acordo com o edital de abertura desse certame, os itens das provas objetivas visam avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio. Além disso, cada item das provas objetivas pode contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento, assim discriminadas:

##### **Conhecimentos Básicos**

##### **1) Língua Portuguesa**

Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras. Redação de correspondências oficiais.

##### **2) Atualidades**

Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, direito, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura, e suas vinculações históricas.

##### **3) Noções de Informática**

Sistema operacional *Windows XP*. *Microsoft Office: Word 2003*. Conceitos e tecnologias relacionados à *Internet* e *Intranet*. Correio Eletrônico: conceito; segurança para usuário; *Outlook 2003*. *Internet Explorer 7.0*.

Os conhecimentos complementares exigidos para o cargo de contador foram:

1) Noções de Direito Constitucional (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Emendas Constitucionais e Emendas Constitucionais de Revisão)

Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Poder Judiciário: disposições gerais, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares, Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal.

## 2) Noções de Direito Administrativo

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº. 8.112/90 e alterações): disposições preliminares, provimento, vacância, direitos e vantagens, regime disciplinar. Lei nº. 9.784/99. Lei nº. 11.416/2006. Licitação: princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade.

## 3) Código de Ética dos Servidores do Supremo Tribunal Federal

Resolução STF nº. 246/2002 (publicada no DOU de 23/12/2002, Seção 1, págs. 294-296 e DJ de 23/12/2002, Seção 1, págs. 1) e Resolução STF nº. 249/2003 (publicada no DJ de 10/02/2003, Seção 1, pág. 1).

## 4) Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal

Da organização e competência. Dos serviços do Tribunal. Disposições Finais.

Foram exigidos do candidato os seguintes conhecimentos específicos:

### 1) Contabilidade Geral

Princípios Contábeis Fundamentais (aprovados pelo CFC pela Resolução CFC nº. 750/93, publicada no DOU de 31/12/93, Seção I, pg. 21.582). Patrimônio - componentes patrimoniais: ativo, passivo e situação líquida (ou patrimônio líquido). Diferenciação entre capital e patrimônio. Equação fundamental do patrimônio. Representação gráfica dos estados patrimoniais. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Conta: conceito. Débito, crédito e saldo. Teorias, função e estrutura das contas. Contas patrimoniais e de resultado. Apuração de resultados. Controle de estoques e do custo das vendas. Sistema de contas; plano de contas. Provisões em geral. Escrituração. Conceito e métodos. Lançamento contábil: rotina e fórmulas. Processo de escrituração. Escrituração de operações financeiras. Escrituração de operações típicas. Livros de escrituração: obrigatoriedade, funções, formas de escrituração. Erros de escrituração e suas correções. Sistema de partidas dobradas. Balancete de verificação. Balanço patrimonial: obrigatoriedade e apresentação. Conteúdo dos grupos e subgrupos. Classificação das contas. Critérios de avaliação do ativo e do passivo. Avaliação de investimentos. Levantamento do balanço de acordo com a Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Demonstração do resultado do exercício: estrutura, características e elaboração de acordo com a Lei nº. 6.404/76. Apuração da receita líquida. Apuração do lucro bruto e do lucro líquido. Destinação do lucro: participações, imposto de renda e absorção de prejuízos. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados: forma de apresentação de acordo com a Lei nº. 6.404/76. Transferência do lucro líquido para reservas. Dividendo mínimo obrigatório. Capital de giro: origens e aplicações.

## 2) Contabilidade Pública

Conceito, objeto e regime. Campo de aplicação. Legislação básica (Lei nº. 4.320/64 e Decreto nº. 93.872/86). Receita e despesa pública: conceito, classificação econômica e estágios. Receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias: interferências e mutações. Plano de contas da Administração Federal: conceito, estrutura e contas do ativo, passivo, despesa, receita, resultado e compensação. Tabela de eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI: conceito, objetivos, principais documentos. Balanços financeiro, patrimonial, orçamentário e demonstrativo das variações, de acordo com a Lei nº. 4.320/64. Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Lei Complementar nº.101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## 3) Auditoria

Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho e administração do órgão de auditoria interna. Auditoria no setor público federal. Finalidades e objetivos da auditoria governamental. Abrangência de atuação. Formas e tipos. Normas relativas à execução dos trabalhos. Normas relativas à opinião do auditor. Relatórios e pareceres de auditoria. Operacionalidade. Objetivos, técnicas e procedimentos de auditoria: planejamento dos trabalhos. Programas de auditoria. Papéis de trabalho. Testes de auditoria. Amostragem estatística em auditoria. Eventos ou transações subseqüentes. Revisão analítica. Entrevista. Conferência de cálculo. Confirmação. Interpretação das informações. Observação. Procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis.

## 4) Noções de Matemática Financeira

Matemática financeira: números e grandezas proporcionais. Razão e proporção. Divisão proporcional. Regras de três simples e composta. Porcentagem. Taxas de juros: nominal, efetiva, real, equivalente e aparente.

Constata-se que, a semelhança do concurso para provimento de cargos no TSE, nesse certame, além das habilidades, pretendeu-se avaliar conhecimentos integrados em várias disciplinas, das quais se destacam a contabilidade pública, a auditoria e a matemática financeira.

### **4.2.9 Ministério público da união**

Nesse certame foram exigidos conhecimentos básicos, assim divididos:

### 1) Português

Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Pontuação. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas). Intelecção de texto.

### 2) Noções de Informática

Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à *Internet/Intranet*; ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa; organização de informação para uso na *Internet*, acesso a distância a computadores, transferência de informação e arquivos. Conceitos de proteção e segurança da informação. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: conceitos de *hardware* e de *software*. Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (*backup*). Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos; Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas eletrônicas (*Microsoft* e *BRoffice*).

### 3) Legislação Aplicada ao MPU

Ministério Público da União (Constituição Federal de 1988 e Lei Complementar nº. 75, de 20/5/93); Perfil constitucional; Conceito; Princípios e funções institucionais; A autonomia funcional, administrativa e financeira; A iniciativa legislativa; A elaboração da proposta orçamentária; Os vários Ministérios Públicos; O Procurador-Geral da República e demais Procuradores-Gerais do MPU: requisitos para a investidura e procedimento de destituição; Funções exclusivas e concorrentes. Membros: ingresso na carreira, promoção, aposentadoria, garantias, prerrogativas e vedação. Serviços Auxiliares: Regime Jurídico (Lei nº. 8.112/1990 e suas alterações); Carreiras de Analista e Técnico do MPU (Lei nº. 9.953, de 4/1/2000 e Lei nº. 10.476, de 27/6/2002). Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº. 8.429, de 2/6/1992). Normas sobre o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº. 9.784, de 29/1/1999). Conselho Nacional do Ministério Público (Disposições Constitucionais).

Os conhecimentos específicos exigidos para área pericial, cargo de contador, foram:

#### 1) Contabilidade Geral

Fatos contábeis: conceito e classificação. Sistema de escrituração contábil: método das partidas dobradas; registro das transações e suas correções; livros principais e auxiliares.



Estrutura patrimonial: ativo, passivo e patrimônio líquido; critério de avaliação dos componentes patrimoniais. Gestão: fluxo dos recursos, origem e aplicação: receitas, despesas, apuração e distribuição dos resultados; exercício social e regime contábil; exercício financeiro e lucro real. Registro contábil das operações típicas de uma sociedade comercial. Operações com mercadorias. Inventário: periódico e permanente. Operações financeiras. Demonstrações financeiras de acordo com a Lei nº. 6.404/1976 e alterações. Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Provisões, participações, reservas e dividendos de acordo com a Lei nº. 6.404/1976 e alterações. Princípios e convenções contábeis.

## 2) Contabilidade Pública

Plano de contas único para os órgãos da Administração Direta. Registros contábeis de operações típicas em Unidades Orçamentárias ou Administrativas (sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação). Inventário: material permanente e de consumo. Balanço e demonstrações das variações patrimoniais exigidas pela Lei nº. 4.320/1964 e alterações.

## 3) Auditoria no Setor Público

Princípios, normas técnicas, procedimentos. Avaliação de controles internos; papéis de trabalho. Relatórios e Pareceres.

Constata-se que, além dos conhecimentos comuns a todos os cargos, foi exigido do candidato ao cargo de contador, conhecimentos sobre a legislação própria do órgão. Apesar da descrição geral dos conteúdos, observa-se que o candidato deve dominar as técnicas de auditoria, além de conhecer os conceitos e procedimentos de auditoria.

### ***4.2.10 Conselho regional de contabilidade do Distrito Federal***

No concurso simplificado para provimento do cargo de fiscal contador do CRCDF foram exigidos:

#### Conhecimentos Gerais

##### 1) Língua Portuguesa

Compreensão e interpretação de texto; Tipologia textual; Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua: Fonética e Fonologia; Estrutura dos Vocábulos e Processos de Formação de Palavras; Classes de Palavras: classificação, flexões nominais e verbais; Sintaxe: frases, orações, e períodos; termos essenciais, integrantes e acessórios das



orações; orações coordenadas e subordinadas; concordâncias verbal e nominal; regências verbal e nominal; Crase; Colocação Pronominal; Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia e paronímia; Pontuação; Ortografia; e Acentuação.

#### 2) Conhecimentos de Aritmética Básica e Aplicada

Cálculos de juros simples e compostos; cálculo de valor presente, valor presente líquido e valor futuro; identificação de variável em equação de primeiro grau; cálculo utilizando indicadores econômicos e financeiros; demais operações básicas inerentes ao cargo.

#### 3) Conhecimentos de Informática Básica e Aplicada

Operações básicas em editor de texto (*Word*) e planilha (*Excel*); comandos básicos aplicados ao *Word* e ao *Excel*; utilização da *internet*.

#### Conhecimentos Específicos

##### 1) Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.

2) Legislação do Sistema CFC/CRCs – Decreto-Lei nº. 9.295/46 e Resolução CFC803/96; 960/03 e 949/02.

Responsabilidades, funções e prerrogativas do contabilista nas categorias de Técnico em Contabilidade e Contador; organização e funcionamento do Sistema CFC/CRCs.

##### 3) Redação

Produção de texto dissertativo sobre um dos três temas sugeridos.

Observa-se que, por se tratar de concurso simplificado, foram exigidos nesse processo seletivo menor número de conteúdos que os demais descritos no presente trabalho. Entretanto, no item “Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade”, tem-se uma maior abrangência, visto que não foram limitados os normativos, entendendo-se que podem ser cobrados todos os normativos vigentes a época do certame. Além disso, o candidato deve desenvolver um texto dissertativo em temas a serem sugeridos na prova.

### **4.3 Da Grade Curricular das Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal x Disciplinas Exigidas para o Cargo de Contador Público do Federal**

Os resultados das análises das grades curriculares das cinco Instituições de Ensino Superior escolhidas para compor a amostra de pesquisa são apresentados a seguir. Ressalte-se que para fins das análises comparativas, detalharam-se as avaliações por plano de disciplina. Verificou-se que aos conteúdos exigidos nos editais constam de disciplinas diferentes, de

acordo com cada instituição avaliada e que a nomenclatura dessas disciplinas também é variável conforme a instituição.

Além disso, constatou-se que, em alguns planos de disciplinas os conteúdos cobrados nos editais em um determinado bloco conhecimento (por exemplo, contabilidade pública), constam sob outra denominação. Portanto, considerou-se nos percentuais apresentados o atendimento por conteúdo individual em cada disciplina constante da grade curricular das instituições.

#### **4.3.1 UDF centro universitário**

Constatou-se que em relação ao Edital para o concurso do MEC, Universidade Federal de Campina Grande (Edital SRH nº. 001/2009), a grade curricular da UDF atende 75% dos conteúdos exigidos na parte geral, uma vez que não é ministrado nessa instituição os conteúdos descritos no item “Legislação”. Ressalte-se que a disciplina de português é eletiva. Quanto aos conhecimentos específicos, houve atendimento em 100% dos conteúdos exigidos no edital para esse certame.

Para o processo seletivo do MDSCF, (Edital nº. 1/2006 – MDS), na parte dos conhecimentos gerais, a grade curricular da UDF atendeu 33,34% dos conteúdos cobrados no certame. No item “Noções de Direito”, dos 3 tópicos descritos, é ministrado pela UDF apenas os conteúdos referentes a Constituição da República do Brasil. Além disso, não constam da grade curricular dessa instituição os conteúdos exigidos no item “Atualidades”. Na parte dos conhecimentos específicos, constatou-se que houve atendimento em 100% dos conteúdos exigidos nesse certame.

Verificou-se que no que tange ao concurso promovido pelo MT (Edital nº. 1/2006), houve atendimento de 75% na parte dos conhecimentos gerais, pois, não consta da grade curricular da UDF os tópicos descritos no item “Conhecimentos Gerais” que inclui, entre outros, assuntos de atualidade. Quanto aos conhecimentos específicos, houve atendimento em 75% dos conteúdos, visto que não integram a grade curricular da instituição os conteúdos referentes ao Regimento Interno do MT; ao Plano Nacional do Turismo; a Lei nº. 8.112/90; a Lei nº. 8.666/93; a ética no serviço público; e a Noções Básicas da Lei nº. 10.520/02.

Foi constatado que, para o concurso público realizado para provimento de cargos no quadro de pessoal do MPOG e da ENAP, (Edital ESAF nº. 13), houve o atendimento de 87,5% dos conhecimentos da parte geral, pois nem todos os conteúdos exigidos no item “Administrativo” constam da grade curricular da UDF, e 100%, na parte específica.

Quanto ao concurso do SF, (Edital nº. 1/2008), em relação a parte geral, constatou-se que as disciplinas que compõem a grade curricular da UDF atendem em 59,83% os conhecimentos exigidos na parte geral, visto que no item “Conhecimentos Gerais” apenas 9,83% dos conteúdos foram atendidos. Além disso, não consta da referida grade a disciplina de espanhol e a língua inglesa consta na parte opcional. Em relação aos conhecimentos específicos, houve atendimento em 100%.

No concurso para provimento de cargos na CD, (Edital nº. 02/2007), a grade curricular da UDF atendeu em 61,11% os conhecimentos exigidos na parte geral. Não constam as disciplinas de língua espanhola e quanto ao item “Conhecimentos Gerais” os conteúdos não foram atendidos. No item “Legislação” apenas 11,11% dos conteúdos foram atendidos. Em relação à parte específica, 100% dos conhecimentos exigidos constam no currículo da UDF.

Observa-se que para o processo seletivo do STF (Edital nº. 1 – STF/2008), na parte geral a grade da UDF atendeu em 28,57% os conhecimentos requeridos no certame. Não constam do currículo dessa instituição os conhecimentos de atualidades, Direito Constitucional e Administrativa, Código de Ética dos Servidos do STF e o Regimento Interno do órgão. Na parte específica, a grade atende em 100% os assuntos exigidos.

Constatou-se que em relação ao concurso para provimento de cargos no TSE (Edital nº. 1/2006), o currículo da UDF atendeu 50% e 100%, respectivamente, na parte geral e específica, os conteúdos exigidos no certame.

Para o concurso realizado pelo MPU (Edital nº. 18/2006) a grade curricular da UDF atendeu 66,67% dos conteúdos exigidos na parte geral e 100% dos conhecimentos específicos.

Por fim, para o processo seletivo simplificado do CRCDF (Edital nº. 01/07), o currículo da UDF contempla 75% dos conhecimentos cobrados na parte geral e 100% dos da parte específica.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição das frequências, em porcentagem, apuradas para a UDF.

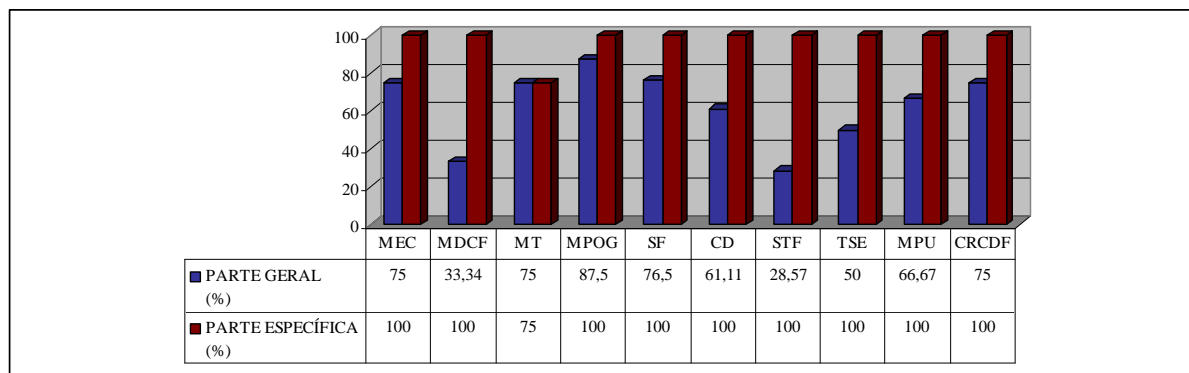


Gráfico 1: UDF x Editais.

Observa-se que a grade curricular da UDF atendeu em 90% o total dos conteúdos exigidos na parte específica dos certames. Entretanto, na parte geral os resultados foram variaram de 28,57% a 87,5% dos conteúdos cobrados nos concursos analisados. Constatou-se que, na parte geral os conhecimentos relativos as atividades institucionais dos órgãos são os que apresentaram menor porcentagem de ocorrência no currículo da universidade.

A análise detalhada das disciplinas ministradas pela UDF demonstra que os alunos graduados nesta instituição estão, em tese, capacitados nos conhecimentos exigidos na parte específica dos certames.

#### 4.3.2 Universidade de Brasília

Constatou-se que a grade curricular da UnB contempla 75% dos conteúdos da parte geral descritos no concurso do MEC, sendo 50% composto nos planos de ensino de disciplinas obrigatórias e 25% de optativas. Na parte dos conhecimentos específicos, 100% dos conteúdos exigidos, constam da grade obrigatória da universidade.

Para o processo seletivo do MDSCF, observa-se que dos conhecimentos cobrados na parte geral, 50% constam na grade curricular obrigatória da UnB. Na parte específica, 25% dos conteúdos não constam nas disciplinas do curso. Os outros 75% integram a grade obrigatória do curso.

Quanto ao certame realizado para provimento de cargos no MT, constatou-se que na parte dos conhecimentos gerais 50% dos conteúdos constam na grade obrigatória, 25% constam na optativa e 25% não consta. Em relação aos conhecimentos específicos, 80,77% fazem parte da grade obrigatória da instituição, enquanto que 19,23% não constam da referida grade.

No concurso realizado pelo MPOG/ENAP constatou-se que dos conhecimentos exigidos na parte geral, 40% constam da grade obrigatória; 20%, da optativa e 40% não constam da grade curricular dessa instituição (Direito Constitucional e Administrativo).

Quanto aos conteúdos da parte específica do certame, 100% são abordados nas disciplinas obrigatórias da UnB.

Observa-se que no processo seletivo realizado pelo SF, na parte geral, 50% dos conhecimentos requeridos constam da grade optativa; 31,67%, da obrigatória e 18,33% não constam do currículo da instituição. Na parte específica, 100% dos conteúdos exigidos constam na grade obrigatória da UnB.

Constatou-se que no concurso para provimento de cargos na CD, 16,66% dos conhecimentos exigidos constam na grade obrigatória da instituição; 50%, da optativa e 33,34% não consta no currículo da UnB. Quanto à parte específica, 100% dos conteúdos constam da grade obrigatória do curso.

Para a seleção realizada pelo STF, observa-se que, 62,52% dos conteúdos cobrados na parte geral não constam da grade da UnB; 16,66% constam nas disciplinas optativas e 20,82%, nas obrigatórias. Em relação à parte específica do certame, 100% dos conhecimentos do edital são ministrados nas disciplinas do curso oferecido pela instituição.

No certame para provimento de cargos do TSE, constatou-se que, dos conhecimentos contidos na parte geral do edital, 25% constam da grade curricular obrigatória da UnB; 25%, da optativa e 50% não consta da referida grade. Na parte específica, 100% dos conteúdos constam nas disciplinas obrigatórias da instituição.

Quanto ao concurso público realizado pelo MPU, na parte dos conhecimentos gerais a grade curricular da UnB contempla 33,33% nas disciplinas obrigatórias do curso e 33%, nas optativas. Dos conteúdos específicos exigidos no certame, 100% constam nas disciplinas obrigatórias.

Em relação ao processo seletivo simplificado realizado pelo CRGDF, na parte geral, 50% dos conteúdos exigidos fazem parte da grade obrigatória da UnB; 25%, da optativa e 25% não constam nas disciplinas ministradas no curso. Dos conteúdos específicos, 100% integram o currículo obrigatório da instituição.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição das ocorrências, em porcentagem, apuradas para o curso ministrado pela UnB.

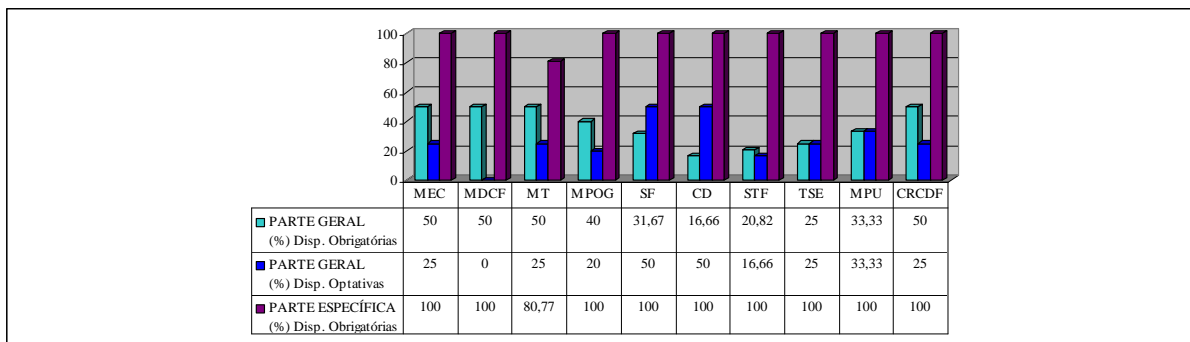


Gráfico 2: UnB x Editais.

Observa-se que 98,77% dos conhecimentos específicos exigidos nos editais analisados constam da grade curricular obrigatória da instituição, enquanto que, dos conhecimentos gerais, as porcentagens apuradas variam de 16,66% a 50% na grade obrigatória e na optativa. Dos conteúdos que não constam no currículo da UnB, verificou-se que se referem, principalmente aos conhecimentos de Direito Constitucional e Administrativo e os relativos as atividade próprias dos órgãos, tais como, regimento interno e código de conduta, entre outros.

#### 4.3.3 Universidade paulista

Constatou-se que no concurso realizado pelo MEC, 75% dos conhecimentos gerais exigidos constam da grade curricular da instituição, enquanto que na específica, 100% dos conteúdos são ministrados nas disciplinas oferecidas no curso.

Quanto ao processo seletivo para provimento de cargos no MDSCF, na parte dos conhecimentos gerais, 50% constam da grade da instituição e na específica, 83,34% dos conteúdos fazem parte das matérias oferecidas pela UNIP.

Para a seleção realizada pelo MT, constatou-se que 75% dos conhecimentos da parte geral constam da grade da instituição, enquanto que, na específica, 76,93% dos conteúdos são ministrados pela UNIP.

No concurso para provimento de cargos no MPOG/ENAP, dos conteúdos exigidos na parte geral, 60% constam da grade curricular da instituição, enquanto que na específica, 100% dos conhecimentos fazem parte das disciplinas oferecidas pela UNIP.

Em relação ao certame realizado pelo SF, dos conhecimentos gerais requeridos, 25% são ministrados no curso da UNIP, enquanto que dos conteúdos específicos para o cargo de contador, 100% integram a grade curricular da instituição.

Observa-se que, para o concurso da CD, 33,32% dos conteúdos exigidos na parte geral são ministrados pela instituição. Na parte específica, 100% dos conhecimentos cobrados no certame constam das disciplinas oferecidas pela UNIP.

Verifica-se que, dos conhecimentos gerais exigidos no concurso do STF, 33,32% constam da grade curricular da UNIP, enquanto que, na específica, 100% dos conteúdos cobrados são ministrados no curso oferecido pela instituição.

O concurso realizado para provimento de cargos no TSE exigiu conhecimentos gerais, dos quais, constatou-se que na grade curricular da UNIP constam 50% destes, e conhecimentos específicos, que em sua totalidade (100%) são ministrados no curso oferecido por esta instituição.

Quanto ao processo seletivo realizado pelo MPU, dos conhecimentos gerais exigidos, 66% constam das disciplinas ministradas no curso oferecido pela UNIP. Dos conteúdos específicos para o cargo de contador, 100% são oferecidos pela instituição.

No processo seletivo simplificado do CRCDF, constatou-se que, tanto na parte geral como na específica, 100% dos conteúdos exigidos constam da grade curricular da instituição.

O Gráfico 3 apresenta os resultados apurados para a UNIP, em porcentagem.

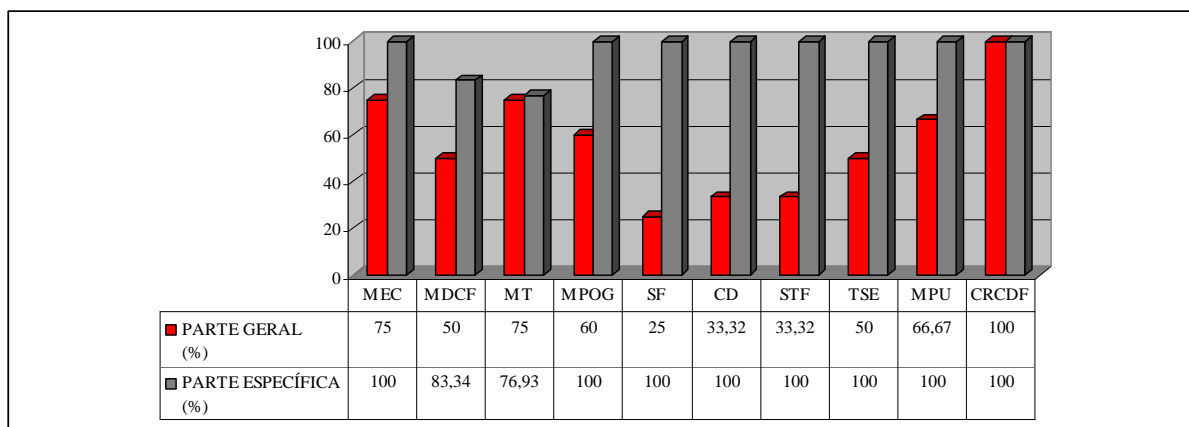


Gráfico 3: UNIP x Editais.

Observa-se que a grade curricular da UNIP atende 96,03% dos conhecimentos específicos exigidos nos editais analisados. Na parte dos conhecimentos gerais, os resultados apurados variam de 25% a 100%, sendo que em dois certames apurou-se 75%; em outros dois, 50%; em dois, 33,32%. Os conteúdos cobrados nos certames que não constam da grade da instituição, referem-se ao Direito Constitucional, Administrativo, Regimento Interno dos órgãos, Código de Conduta própria do órgão, além das legislações específicas que regulamentam as atividades institucionais dos órgãos.

#### **4.3.4 Unieuro centro universitário**

Para o concurso do MEC, constatou-se que 75% dos conteúdos cobrados na parte geral constam da grade curricular da Unieuro, enquanto que na específica, 80% são ministrados nas disciplinas oferecidas no curso.

No certame para provimento de cargos no MDSCF, constatou-se que 66,66% dos conteúdos exigidos na parte geral constam das disciplinas oferecidas pela Unieuro. Na parte específica, 80% dos conhecimentos são ministrados pela instituição no decorrer do curso.

Constatou-se que no processo seletivo realizado pelo MT, 80% dos conhecimentos exigidos na parte geral estão contemplados na grade curricular da Unieuro, enquanto que 80,77% dos específicos são ministrados durante o curso oferecido pela instituição.

Observa-se que no concurso realizado para provimento de cargos no MPOG/ENAP, 100% dos conhecimentos exigidos tanto na parte geral quanto na específica, constam da grade curricular oferecida pela Unieuro.

Para o processo seletivo realizado pelo SF, constatou-se que dos conhecimentos gerais cobrados, 84% são ministrados no decorrer do curso e que, 100% dos específicos constam da grade curricular da instituição.

No concurso realizado pela CD, observa-se que 43,75% dos conhecimentos requeridos na parte geral do certame constam do currículo da Unieuro, ao passo que, na parte específica 100% dos conteúdos são ministrados pela instituição.

Constatou-se que 39,27% dos conhecimentos gerais exigidos no concurso do STF constam da grade curricular da Unieuro, enquanto que dos específicos, 100% dos conteúdos cobrados são ministrados no curso oferecido pela instituição.

Para o certame realizado pelo TSE, 50% e 100%, respectivamente, dos conhecimentos exigidos na parte geral e específica do certame constam das disciplinas ministradas no curso da instituição ora analisada.

Observa-se que no concurso para provimento de cargos no MPU, 66,66% dos conhecimentos gerais são ministrados no curso oferecido pela Unieuro, enquanto que 100% dos conteúdos específicos exigidos constam da grade curricular da instituição.

No processo seletivo simplificado realizado pelo CRCDF, 100% dos conteúdos exigidos na parte geral e específica são contemplados na grade curricular da Unieuro.

Os resultados apurados para essa instituição são apresentados no Gráfico 4.



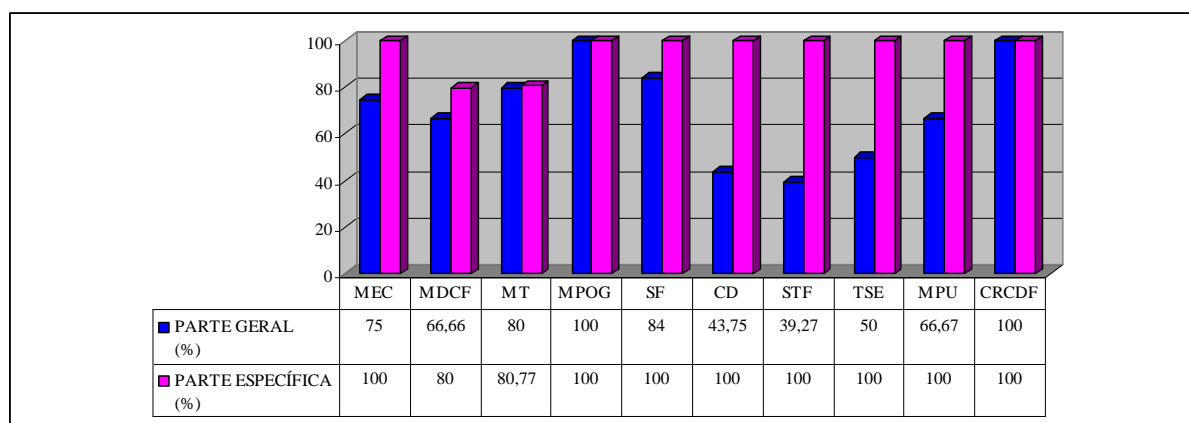


Gráfico 4: Unieuro x Editais.

Constata-se que dos conteúdos exigidos nos editais analisados, os referentes as atividades próprias dos órgãos, tais como Regimento Interno, Código de ética próprio e as legislações inerentes ao funcionamento e a missão institucional dos órgãos, foram os que mais se apresentaram ausentes da grade curricular dessa instituição. Observa-se, também, que os conteúdos exigidos em dois certames constam integralmente da grade curricular da Unieuro.

#### 4.3.5 Universidade católica de Brasília

Para o certame realizado pelo MEC, 50% dos conhecimentos da parte geral constam da grade curricular da UCB, enquanto que na parte específica 100% dos conteúdos exigidos são ministrados no curso oferecido por esta instituição.

Quanto ao concurso para provimento de cargos para o MDSCF, 75% dos conteúdos exigidos na parte geral do certame são ministrados no decorrer do curso. Na parte específica, constatou-se que a grade curricular da instituição contempla 80% dos conhecimentos requeridos.

No processo seletivo realizado pelo MT, 50% dos conhecimentos gerais exigidos constam do currículo da UCB, enquanto que na parte específica, 80,77% dos conteúdos fazem parte das disciplinas do curso oferecido pela instituição.

Constata-se que, na seleção realizada para provimento de cargos no MPOG/ENAP, dos conhecimentos gerais cobrados, 60% são integrantes da grade curricular da UCB e na parte específica, 100% dos conteúdos exigidos são ministrados durante o curso oferecido pela instituição.

No concurso realizado pelo SF, 60% dos conhecimentos exigidos na parte geral constam da grade curricular da UCB, enquanto que na específica, 100% são abordados durante o curso.

Observa-se que, no processo seletivo para provimento de cargos na CD, a grade curricular da UCB atende a 41,65% dos conteúdos da parte geral e 100% dos da parte específica.

Quanto ao concurso realizado pelo STF, 33,33% e 100%, respectivamente, dos conteúdos exigidos na parte geral e específica, constam da grade curricular da UCB.

Para o concurso realizado pelo TSE, 50% e 100%, respectivamente, dos conteúdos exigidos na parte geral e específica do certame, são integrantes da grade curricular dessa instituição.

No concurso realizado pelo MPU, verificou-se que houve atendimento aos conteúdos exigidos em 33,33%, na parte geral e 100% na específica.

Em relação ao processo seletivo simplificado realizado pelo CRCDF, 75% dos conteúdos cobrados na parte geral e 100% dos da parte específica constam das disciplinas ministradas durante o curso oferecido pela UCB.

Constatou-se que a grade curricular da UCB contempla a maioria (96,07%) dos conteúdos específicos exigidos nos editais analisados. Entretanto, quanto aos conhecimentos gerais, verifica-se que as porcentagens apuradas variam de 33,33% a 75%, com a maior frequência observada para a porcentagem de 50%, conforme demonstrado no Gráfico 5.

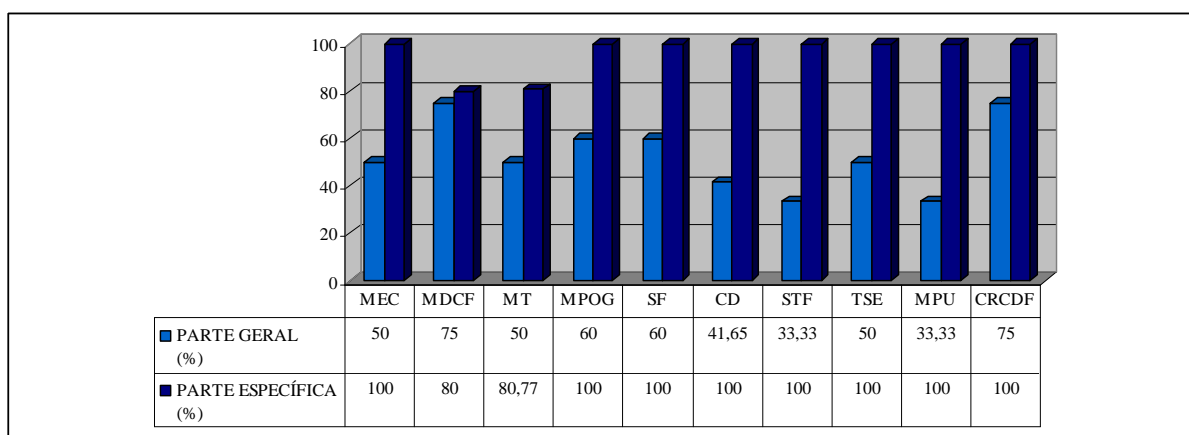


Gráfico 5: UCB x Editais.

A tabela 6 apresenta as médias das porcentagens apuradas por cada instituição de ensino analisadas, para todos os certames.

Tabela 6: Médias das porcentagens totais por instituição de ensino.

| Tabela 6. Médias das porcentagens totais por instituição de ensino. |             |                  |                 |           |                  |             |                  |             |                  |             |                  |
|---|-------------|------------------|-----------------|-----------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|
|   | UDF         |                  | UnB             |           | UNIP             |             | Unieuro          |             | UCB              |             |                  |
|   | PARTE GERAL | PARTE ESPECÍFICA | PARTE GERAL (%) |           | PARTE ESPECÍFICA | PARTE GERAL | PARTE ESPECÍFICA | PARTE GERAL | PARTE ESPECÍFICA | PARTE GERAL | PARTE ESPECÍFICA |
|   |             |                  | Obrigatórias    | Optativas |                  |             |                  |             |                  |             |                  |
| Porcentagens Médias   |             |                  |                 |           |                  |             |                  |             |                  |             |                  |
| Totais n/ Instituição   | 62.86       | 97.5             | 36.47           | 27        | 98.07            | 56.83       | 96.02            | 70.53       | 96.07            | 52.83       | 96.07            |

Constata-se que o maior percentual médio apurado para os conhecimentos específicos exigidos nos editais analisados foram apresentados pela UnB, 98,07%, enquanto que o menor foi apresentado pela UNIP, 96,02%. Quanto aos conhecimentos gerais, a Unieuro apresentou o maior percentual médio de atendimento aos conteúdos exigidos nos certames, 70,53%, enquanto que o menor foi apresentado pela UCB, 52,83%.

O Gráfico 6 apresenta as porcentagens médias apuradas para os conteúdos exigidos nos certames avaliados.

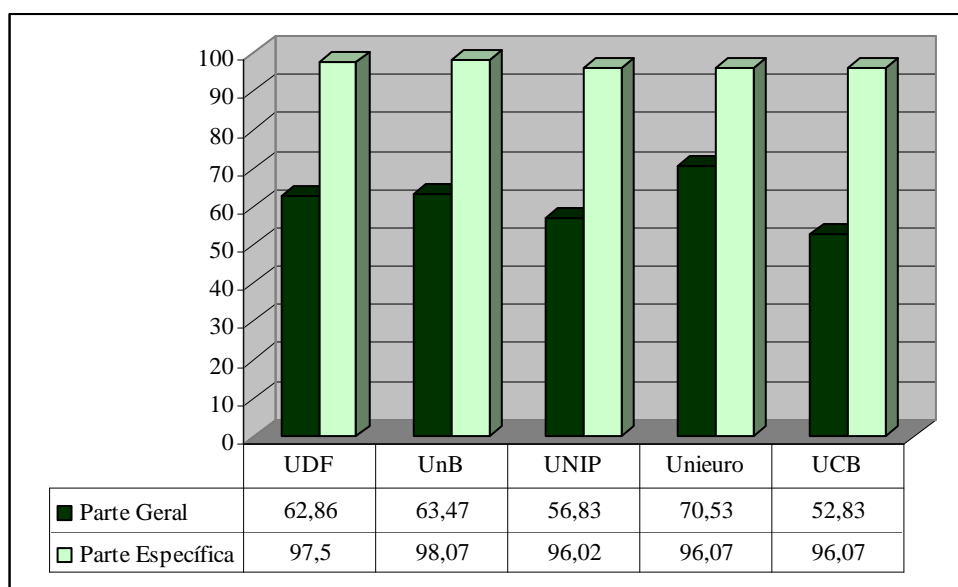


Gráfico 6: Média das porcentagens por instituição de ensino.

Constata-se que, as instituições de ensino apresentam em suas grades curriculares a maioria dos conteúdos específicos exigidos nos certames, enquanto que na parte geral, os percentuais médios variam entre 52,83% e 98,07%.

Quanto à parte geral, os conhecimentos relacionados às atividades específicas dos órgãos não influenciam as análises qualitativas dos dados, visto que se trata de particularidades dos órgãos.

Os resultados da pesquisa demonstram que algumas das instituições avaliadas apresentam nos planos das disciplinas integrantes da grade curricular os conteúdos de Direito Constitucional e Administrativo: UDF, Unieuro, UCB e UNIP, sob várias denominações. Esse fato é relevante, pois, espera-se que o contador público tenha o domínio desses conhecimentos a fim de se posicionar corretamente como agente público responsável pelo registro, acompanhamento e controle do patrimônio público.

Requer-se do contador público, além do conhecimento técnico específico da contabilidade e das áreas a ela relacionadas, o aporte legal indispensável ao exercício de suas

atribuições, uma vez que as atividades da Administração Pública são vinculadas à lei. Dessa forma, o contador público obriga-se ao fiel cumprimento do ordenamento jurídico vigente. A pergunta que fica é se o contador público não detém tal conhecimento como poderá exercer suas atividades em conformidade com a lei? O conhecimento legal deve ser prévio ao ingresso na carreira, sendo aprimorado gradativamente em cumprimento às exigências constitucionais e legais. A excelência que se espera das atividades desempenhadas pelo contador público se justifica pelo objeto de seu trabalho: o patrimônio público.

Nesse sentido, espera-se que as Instituições de Ensino Superior possibilitem ao estudante o conhecimento, pelo menos básico, sobre o Direito Constitucional e Administrativo que norteia à atividade pública. Esses conhecimentos, inclusive, vão proporcionar ao estudante a visão integrada do funcionamento da Administração Pública, contribuindo, inclusive, para a decisão quanto ingressar na carreira de servidor público.

É papel das Instituições de Ensino Superior dar ao estudante a visão ampla das possibilidades de carreira que ele poderá seguir.

Em relação aos conhecimentos específicos da área contábil, as disciplinas ministradas pelas instituições avaliadas atendem às exigências dos editais. Esse fato é relevante, pois, em tese, os estudantes estão aptos a realizar as provas dos concursos para provimento do cargo de contador público. As avaliações realizadas no presente trabalho consideraram apenas se os conteúdos exigidos nos editais constam nos planos de disciplinas das instituições. Não foi objeto de análise a qualidade da apresentação dessas matérias, tampouco o método de aprendizagem adotado pelas instituições.

Os dados de pesquisa permitem concluir que, sob os aspectos analisados, o estudante graduado no curso de Ciências Contábeis oferecido pelas instituições avaliadas, esta apto à realização das provas da parte específica dos certames.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na questão de pesquisa foi indagado se a grade curricular das Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal atende aos conteúdos exigidos nos concursos públicos para o cargo de contador público federal, de forma a oferecer aos graduados no curso de Ciências Contábeis o suporte necessário ao ingresso nessa carreira. Para tanto, optou-se pela abordagem descritiva, por meio da revisão bibliográfica e normativa do assunto, além da pesquisa de campo.

Constatou-se que, do total das grades curriculares analisadas, a média dos percentuais apresentados por instituição, para o total dos editais, variou de 52,83% a 70,53% de atendimento aos conteúdos exigidos na parte geral dos certames. Quanto à parte específica, a média dos percentuais apurados se situou entre 96,02% a 98,07%.

Observa-se que os conhecimentos referentes ao Direito Constitucional e Administrativo, assim como os conteúdos relacionados à atividade institucional dos órgãos, são os que, em geral, não constam da grade curricular das instituições avaliadas. Quanto aos conhecimentos específicos, apenas os tópicos específicos das atividades dos órgãos, contidos no edital para o MDSCF e MT, não constam das grades curriculares das instituições.

As análises de pesquisa demonstram que as instituições avaliadas possibilitam aos estudantes graduados os conhecimentos necessários à realização das provas dos concursos públicos para o cargo de contador.

Sugere-se que, em trabalhos futuros, seja investigada a razão de não constar na grade de todas as instituições avaliadas as disciplinas de Direito Constitucional e Administrativo, visto que são cobradas em todos os concursos para o cargo de contador público federal.

Além disso, à escassez de processos seletivos para o cargo de contador público deve ser pesquisada, dada a relevância da carreira frente aos processos de convergência as normas internacionais e a transparência das demonstrações contábeis.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n<sup>os</sup> 1/92 a 55/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n<sup>os</sup> 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº. 9.295**, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/legislação>>. Acesso em: 5 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Diretoria-Geral. Diretoria de Recursos Humanos. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. **Edital nº. 02, de 30 de janeiro de 2007**. A Câmara dos Deputados, tendo em vista o Contrato nº 2006/187.0, celebrado com a Fundação Carlos Chagas, torna público que realizará Concurso Público para o provimento de cargos do seu Quadro de Pessoal, o qual será regido de acordo com as Instruções Especiais que integram este Edital. Disponível em: <[http://www.concursosfcc.com.br/concursos/cadep105/Edita\\_de\\_Abertura\\_de\\_Inscricoes\\_nr.pdf](http://www.concursosfcc.com.br/concursos/cadep105/Edita_de_Abertura_de_Inscricoes_nr.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. **Edital nº. 1, de 17 de fevereiro de 2006**. A secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, considerando a autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos da Portaria MP nº. 396, de 22 de dezembro de 2005, publicada no *Diário Oficial da União* de 26 de dezembro de 2005, e obedecendo ao disposto no Decreto nº. 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº. 450, de 6 de novembro de 2002, torna pública a realização de concurso público para provimento de vagas em cargos de nível superior e de nível médio, mediante as condições estabelecidas neste edital. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/o-ministerio/arquivos/resultados-do-concurso-mds>>. Acesso em: 02 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Universidade Federal de Campina Grande. Secretaria de Recursos Humanos (SRH). **Edital SRH nº. 001, de 02 de março de 2009**. Estabelece as normas do concurso público para o provimento de cargos do quadro efetivo da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Disponível em: <<http://www.comprov.ufcg.edu.br/ConcursoPublico2009.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE nº. 10** de 16 de dezembro de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em ciências contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária (ESAF). **Edital ESAF nº. 13, de 07 de fevereiro de 2006**. Concurso público para provimento de cargos do quadro de pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e da Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Disponível em: <[http://www.servidor.gov.br/concursos/arquivos/\\_down/editais\\_2006/edital\\_mp-enap.pdf](http://www.servidor.gov.br/concursos/arquivos/_down/editais_2006/edital_mp-enap.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Edital nº. 1, de 20 de janeiro de 2006.** O Secretário Executivo do Ministério do Turismo, no uso das suas atribuições legais, torna pública a realização de concurso público para provimento de 100 (cem) vagas em cargos de nível superior e de nível médio, nos termos das Portarias nº 338, de 22 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial de 23 de novembro de 2005 e nº 8, de 13 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial de 16 de janeiro de 2006. Disponível em: <[http://www.balcaodeconcursos.com.br/download/editais/BALCAODECONCURSOS.COM.BR\\_EDITAL\\_01894\\_01.pdf](http://www.balcaodeconcursos.com.br/download/editais/BALCAODECONCURSOS.COM.BR_EDITAL_01894_01.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério Público da União. **Edital nº. 18, de 23 de outubro de 2006.** Concurso público para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva para as carreiras de analista e de técnico do Ministério Público da União. Disponível em: <[http://www2.pgr.mpf.gov.br/concurso/servidores/documentos\\_5concurso/edital\\_pgrmpu\\_18\\_2006.pdf](http://www2.pgr.mpf.gov.br/concurso/servidores/documentos_5concurso/edital_pgrmpu_18_2006.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Edital nº. 1/2008.** O Diretor-Geral do senado Federal torna públicas a abertura de inscrições e as normas estabelecidas para a realização de concurso público para provimento dos cargos de nível superior de ANALISTA LEGISLATIVO e de nível médio de TÉCNICO LEGISLATIVO, nas áreas de Apoio Técnico ao Processo Legislativo e Apoio Técnico-Administrativo. Disponível em: <[http://201.20.19.254/download/manuais/senado08\\_processo\\_manual.pdf](http://201.20.19.254/download/manuais/senado08_processo_manual.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior Eleitoral. **Edital nº. 1, de 13 de novembro de 2006.** Concurso público para provimento de vagas em cargos efetivos de nível superior e de nível médio. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/institucional/concurso.htm>> . Acesso em: 12 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº. 20.761**, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a regulamentação da descrição e especificação de cargos efetivos das carreiras judiciárias, no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Edital nº. 1, de 10 de abril de 2008.** Concurso público para provimento de cargos de analista judiciário e de técnico judiciário. Disponível em: <[http://www.cespe.unb.br/concursos/STF2008/arquivos/ED\\_1\\_2008\\_STF\\_ABT\\_FINAL.PDF](http://www.cespe.unb.br/concursos/STF2008/arquivos/ED_1_2008_STF_ABT_FINAL.PDF)>. Acesso em: 10 out. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução Nº. 560, de 28 de outubro de 1983. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/resolucoes>>. Acesso em: 5 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Anais do 1º Seminário de Internacional de Contabilidade Pública.** Mensagem do Secretário do Tesouro Nacional, p.9. Brasília: CFC, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL. **Edital nº. 7, de 7 de fevereiro de 2007.** Edital de concurso público simplificado para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos de níveis superior e médio para ingresso no

Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal. Disponível em:  
<<http://www.fbc.org.br/pdf/edital-crcdf2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília: 17 de nov. de 2008. Disponível em:  
<<http://www.correioweb.com.br>>. Acesso em: 17. nov. 2008.

INTERNET. Disponível em:  
<[http://www.estacio.br/\\_cursos/graduacao/ciencias\\_contabeis/downloads/organograma.pdf](http://www.estacio.br/_cursos/graduacao/ciencias_contabeis/downloads/organograma.pdf)>.  
Acesso em: 10 mar. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Novos Paradigmas do Ensino da Contabilidade na Pós-Graduação.  
**UnB Contábil**. Brasília, v. 2, n. 1, p. 103-104, primeiro semestre 2000.

PARADA, Américo. Os Contadores e os Concursos Públicos. **Cosife Eletrônico** –  
**<http://www.cosif.com.br>**. Disponível em:  
<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=20041213contadores#>>. Acesso em: 10 mar.  
2009.

ROMANO, Roberto. **A idéia da universidade: rumos e desafios**. Maria Abadia da Silva,  
Ronalda Barreto Silva (ORG). Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

RS VIRTUAL Notícias. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Assembléia  
homenageia o Dia do Contador. 13 set. 2007. Disponível em:  
<[http://www.rsvirtual.com.br/artman2/publish/assembleia/Assembla\\_homenageia\\_o\\_Dia\\_d\\_o\\_Contador\\_printer.shtml](http://www.rsvirtual.com.br/artman2/publish/assembleia/Assembla_homenageia_o_Dia_d_o_Contador_printer.shtml)>. Acesso em: 10 mar. 2009.

TOSTE, Fernando P. Formação do Contador: uma Visão Comparativa Brasil, França e  
Estados Unidos. **Pensar contábil**, Rio de Janeiro, v. II, n. mai/jul 20, p 13-20, 2005.